

ALPARGATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando
mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Considerações gerais

A Alpargatas S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, capital, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.336 e registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - BMF&BOVESPA com o código de negociação “ALPA4” e “ALPA3”.

Suas atividades e de suas controladas (doravante coletivamente denominadas “Grupo Alpargatas” ou “Grupo”) são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.

As controladas diretas e indiretas, por meio das quais a Companhia mantém operações no Brasil e no exterior, estão informadas na nota explicativa nº 4.

O Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 9 de fevereiro de 2018.

1.2. Aquisição do controle societário pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Cambuhy Investimentos Ltda. e Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A.

Em 12 de julho de 2017, a Companhia foi comunicada que a J&F Investimentos e a ITAÚSA, a Cambuhy e a Brasil Warrant assinaram contrato de compra e venda de ações para aquisição do controle acionário da Alpargatas. A operação envolve a aquisição da totalidade das 207.246.069 ações de emissão da Alpargatas detidas pela J&F pelo preço de R\$ 3.500.000 (três bilhões e quinhentos milhões de reais).

Em 4 de agosto de 2017, foi publicada no D.O.U. Despacho do Superintendente Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), decidindo pela aprovação, sem restrições, da operação de aquisição do controle acionário da Alpargatas S.A., realizada entre J&F Investimentos S.A., na qualidade de vendedora, e as empresas Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., Cambuhy Investimentos Ltda. e Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A., na qualidade de compradoras. Tal decisão ainda está sujeita a recurso, não tendo, portanto, transitado em julgado.

Em 20 de setembro de 2017, foi concluída a operação de compra e venda de ações da Companhia, onde a Itaúsa, a Cambuhy Investimentos Ltda. e a Brasil Warrant Administração de Bens e Empresa S.A. (“Compradores”) adquiriram a totalidade das ações de emissão da Alpargatas detidas pela J&F Investimentos S.A., representado por 255.183.112 ações, sendo 207.246.069 ações ordinárias e 47.937.043 ações preferenciais, equivalente a 54,24% do capital social total da Alpargatas, sendo 85,78% do capital social votante e 20,95% do total das ações preferenciais (“Ações Alienadas”).

O preço das Ações Alienadas, após os ajustes em razão do pagamento de juros sobre capital próprio à J&F (conforme deliberado em Reunião de Conselho de Administração,

realizada em 4 de agosto de 2017) foi de R\$3.479.907 (três bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões, novecentos e sete mil reais), sendo o preço por ação equivalente a R\$14,17 por ação ordinária e R\$11,32 por ação preferencial.

Nos termos do art. 254-A da Lei das Sociedades por Ações e em razão da aquisição do controle acionário pelos Compradores por meio da aquisição das Ações Alienadas da J&F, os Compradores têm a obrigação de realizar a oferta pública de aquisição das ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da Companhia, detentores de ações ordinárias, de modo a assegurar a tais acionistas o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária à J&F, ou seja, ao preço de R\$11,34 ("OPA Obrigatória").

1.3. Venda das operações de Topper e Rainha

Em 3 de novembro de 2015, a Companhia, com o objetivo de aumentar o foco em seus negócios mais estratégicos, celebrou com um grupo de investidores liderados pelo Sr. Carlos Roberto Wizard Martins: (a) Contrato de Compra e Venda para alienação de 100% da unidade de negócio que compreenderá a totalidade das operações relacionadas às marcas Topper no Brasil e Rainha no Brasil e no mundo; (b) Acordo de Compra e Venda para alienação de 20% da unidade de negócio que compreenderá a totalidade das operações relacionadas à marca Topper na Argentina e no mundo (exceto Estados Unidos e China), atualmente desenvolvida pela controlada Alpargatas S.A.I.C.- Argentina; e (c) Acordo de licenciamento de uso da marca Topper, por período de até 15 anos, nos Estados Unidos e China.

Os fechamentos das operações ocorrerão em datas distintas e estão sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes.

Como previsto na estruturação da transação, em fevereiro de 2016, a Alpargatas segregou a unidade de negócios responsável pelas atividades das marcas Topper e Rainha no Brasil em uma nova companhia a BRS Comércio e Indústria de Material Esportivo S.A.(BRS), a qual foi adquirida pelos compradores em 2 de maio de 2016.

A operação na Argentina, com data prevista para ocorrer no 3º trimestre de 2018, se dará mediante a segregação da operação em uma nova companhia ("NewCo Argentina") a ser constituída pela Alpargatas S.A.I.C. - Argentina, sendo que os compradores adquirirão ações representativas de 20% do capital social da NewCo Argentina.

O preço de compra da operação Brasil foi de R\$49.836. O preço de compra da operação Argentina será equivalente à participação alienada de 20% multiplicada por 6,5 vezes o EBITDA efetivo do negócio Topper na Argentina no exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2015, ajustado pelo valor da dívida líquida na data do respectivo fechamento.

Em 2 de maio de 2016 a Companhia recebeu a primeira parcela do preço de compra da operação Brasil no valor de R\$24.345. Os demais recebimentos estão ocorrendo desde julho de 2016 conforme contrato e respectivos aditivos.

1.4. Licenciamento da marca Timberland

Em 13 de maio de 2016, a Companhia divulgou por meio de fato relevante que, a partir de janeiro de 2017, não seria mais a representante da marca Timberland no Brasil. Esta decisão estava alinhada com a estratégia da Companhia em relação ao seu posicionamento no mercado de artigos esportivos (vide detalhes na nota explicativa nº 11).

1.5. Redomiciliação Alpargatas International S.L.

Em 5 de dezembro de 2016 foi concluído o processo de redomiciliação da Alpargatas International S.L., nova razão social da Alpargatas International ApS, de Copenhague (Dinamarca) para Madri (Espanha). Esta mudança de domicílio da holding europeia deu-se por questões estratégicas de crescimento dos negócios, bem como para otimizar a gestão em país onde há forte presença, grande identidade cultural e uma estrutura preparada para absorver novos projetos.

2. Base de elaboração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento incluem: reconhecimento de vendas, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha, planos de pensão e assistência médica, avaliação do valor recuperável do ágio e vida útil dos bens do imobilizado e intangível.

As práticas contábeis relevantes estão descritas nas notas explicativas relacionadas aos itens apresentados. Àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

a) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(i) Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior com moeda funcional diferente do Real

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 10: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa nº 15: teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Notas explicativa nº 22: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

d) Instrumentos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no momento do reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros

- (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas

reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são representados por caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

- (ii) Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

- (i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são classificados sob essa denominação quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.
- (ii) Outros passivos financeiros: em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são representados por empréstimos e financiamentos bancários, saldos a pagar a fornecedores e obrigações negociadas da controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina, os quais, exceto pelo saldo a pagar a fornecedores, são apresentados pelo valor original, acrescido de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos do tipo NDF (“Non-Deliverable Forward”) e Swap para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de “hedge” são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Os contratos de derivativos da Companhia e suas controladas são considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa.

A parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos qualificados como “hedge accounting” de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido no resultado do exercício, em receita (despesa) financeira.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados para o resultado do exercício nos períodos em que o item protegido por “hedge” afeta o resultado do exercício. Além disso, quando a operação prevista protegida por “hedge” resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro, os ganhos e perdas previamente diferidos no patrimônio líquido são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

e) Receita operacional

- (i) Venda de bens: A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

f) Benefícios a empregados

- (i) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.
- (ii) Planos de contribuição definida: As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.
- (iii) Planos de benefícios definido: A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os beneficiados receberão como retorno pelos serviços prestados em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

g) Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

- (i) Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas

subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h) Capital social

- (i) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria): Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

i) Arrendamentos

- (i) Determinado quando um contrato contém um arrendamento: No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.
- (ii) Pagamentos de arrendamentos: Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

j) Ativo mantido para venda e resultado de operações descontinuadas

O Grupo classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que este seja o caso, o ativo mantido ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tal ativo. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação como mantido para venda.

O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma provisão para ajuste ao valor recuperável é reconhecida em contrapartida ao resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação do ativo mantido para venda cessa quando o ativo é designado como mantido para venda.

k) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las quando entrarem em vigência.

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

O IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

Para vendas de produtos, as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos.

A Companhia possui com determinados clientes contrato de acordo comercial que permite alguns descontos especiais, que são contabilizados no momento do reconhecimento da receita como “despesas com vendas” e a partir de 2018 serão contabilizados como redutor da “receita de vendas”.

A Companhia estima um impacto negativo em receita líquida no montante entre R\$21.000 e R\$25.000.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Esse pronunciamento aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 foi emitida de forma completa em julho de 2014 e substituirá o IAS 39 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 38: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39)). O CPC 48 (emitido em dezembro de 2016 e aprovado pela CVM na mesma data), que é a norma equivalente do IFRS 9 no Brasil, requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

A determinação da classificação dos ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e a base da classificação depende do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e das características contratuais do fluxo de caixa de tais ativos financeiros. Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38, sendo a principal mudança para os passivos financeiros em que a entidade adotou a opção de valor justo, onde a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado.

O CPC 48 também substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações contábeis da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança em 31 de dezembro de 2017, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Sociedade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a entidade fará no futuro. No entanto, em uma avaliação preliminar a Sociedade estima os seguintes potenciais impactos da adoção do CPC 48 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017:

- Aumento significativo das divulgações, por conta das exigências do CPC 48 para a divulgação dos critérios de classificação e mensuração, perda esperada e hedge accounting (se aplicável);
- Os novos requerimentos de classificação de ativos financeiros não trarão impacto significativo em relação às classificações atualmente adotadas de acordo com o CPC 38;
- A Sociedade não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR, sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48;
- As perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar entre R\$9.000 e R\$17.000 na provisão reconhecida anteriormente de acordo com o CPC 38. A Sociedade elaborou a metodologia para definição de perda por redução ao valor recuperável, conforme o CPC 48.
- As alterações esperadas de contabilidade de hedge teriam um impacto imaterial.

A Sociedade pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da Companhia estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Outras alterações

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras e/ou informações contábeis consolidadas da Companhia quando de sua adoção inicial:

- Ciclo de melhorias anuais para IFRS 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento de Imposto de Renda.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras e/ou informações contábeis intermediárias que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

A consolidação abrange as informações contábeis da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	Atividade principal	Participação (%)	
		2017	2016
Participação direta:			
Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Importação e exportação em geral, compra, venda e locação de imóveis próprios e à participação em outras empresas, no país ou no exterior	100,00	100,00
Alpargatas Imobiliária S.A.	Venda e locação de imóveis próprios e à participação em outras empresas, no país ou no exterior.	100,00	100,00
Alpargatas International S.L. – Espanha (anteriormente denominada Alpargatas International – APS)	Holding com investimentos em outras empresas (Alpargatas USA Inc. e Alpargatas Europe S.L.U.)	100,00	100,00
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Fabricação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino	98,35	98,35
Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. – Osklen	Rede varejista de moda Premium com lojas no Brasil e no exterior	60,00	60,00
Alpargatas Asia Ltd. – Hong Kong	Importação e comercialização de calçados no mercado asiático	100,00	100,00
Alpargatas Colômbia SAS - Colômbia	Importação e comercialização de calçados no mercado colombiano	100,00	-
Participação indireta (através da Alpargatas Internacional S.L.):			
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	Importação e comercialização de calçados no mercado norte-americano	100,00	100,00
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha	Importação e comercialização de calçados no mercado europeu	100,00	100,00
Alpargatas UK Limited - Reino Unido		100,00	100,00
Alpargatas France S.A.R.L. – França		100,00	100,00
Alpargatas Itália S.R.L. – Itália		100,00	100,00
Alpargatas Portugal Limited – Portugal		100,00	100,00
Alpargatas Germany GmbH – Alemanha		100,00	100,00
Participação indireta (através da Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.):			
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Fabricação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino	1,65	1,65
Dialog S.A.	Serviços de logística	10,00	10,00
Participação indireta (através da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina):			
Alpargatas Calzados de Uruguay S.A.	Comercialização de calçados	100,00	100,00
Dialog S.A.	Serviços de logística	90,00	90,00

A Companhia considera que controla a investida se, e somente se, possuir todos os seguintes atributos: (a) poder sobre a investida; (b) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (c) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

5. Incentivos fiscais – Subvenção governamental

A Companhia goza de subvenções concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas que expiram entre 2018 e 2020 no Nordeste e em 2031 em Minas Gerais. A prorrogação, bem como a vigência dos referenciados incentivos deverão ser definidos de acordo com o estabelecido no Projeto de Lei Complementar nº 54, aprovado pelo Congresso Nacional e que até a conclusão do presente fechamento encontrava-se pendente de sanção presidencial. Tal norma prevê a possibilidade de prorrogação de incentivos industriais pelo prazo máximo de quinze anos.

A Companhia também goza de subvenções federais por meio do lucro da exploração na Região Nordeste, que perdurarão até 2021.

O valor dessas subvenções e incentivos fiscais é demonstrado como segue:

		Controladora e Consolidado	
		2017	2016
Subvenção ICMS:			
Paraíba	(a)	118.885	138.015
Pernambuco	(b)	12.161	15.539
Minas Gerais	(c)	30.435	28.180
Incentivos de IRPJ:			
Região Nordeste	(d)	22.730	-
Total		<u>184.211</u>	<u>181.734</u>

- (a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS. Os montantes representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção de pares de calçados e gerar empregos diretos nas fábricas paraibanas.

Adicionalmente, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica “Impostos incidentes sobre as vendas” na demonstração do resultado.

- (b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado de Pernambuco, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual pela controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias, a qual foi incorporada pela controladora em 1º de fevereiro de 2015. A controladora está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em manter uma quantidade mínima de empregos diretos na região e auferir receita bruta mensal de, pelo menos, R\$2.500.
- (c) Apuração de crédito presumido de ICMS pela fábrica de Montes Claros. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste na realização de investimentos, faturamento e geração de empregos diretos na fábrica mineira.
- (d) Registrados a crédito na rubrica “Imposto de renda e contribuição social - correntes” na demonstração do resultado (vide detalhes na nota explicativa nº 10.b).

6. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	35.350	2.050	141.231	86.144
Aplicações financeiras:				
CDBs pós-fixados (i)	284.258	105.094	292.182	114.135
Operações compromissadas pós-fixadas (i)	191.126	159.183	195.825	170.278
Outros - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (ii)	-	-	-	20.790
Total	510.734	266.327	629.238	391.347

- (i) Em 31 de dezembro de 2017, os CDBs e operações compromissadas possuíam remuneração média de 99,50% do CDI (100,57% em 31 de dezembro de 2016). Já os prazos de vencimento estão distribuídos entre janeiro de 2018 e janeiro de 2023 com prazo de carência para resgate inferior a três meses e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Alpargatas S.A.I.C. – Argentina não possuía aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2016 estavam representadas por títulos de renda fixa, com remuneração média anual de 26,80%.

b) Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017, referem-se a CDBs e operações compromissadas pós-fixadas com remuneração média de 101,37% do CDI (103,05% em 31 de dezembro de 2016).

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
CDBs pós-fixados (i)	33.271	63.179
Operações compromissadas pós-fixados (i)	43.844	47.592
Total	77.115	110.771

- (i) Possuem carência para resgate superior a três meses e estão sujeitos ao risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

7. Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mercado interno	671.070	682.712	754.454	746.257
Mercado externo (i)	31.559	59.858	205.407	224.684
Partes relacionadas (nota explicativa nº 21.b))	48.563	43.597	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.441)	(37.094)	(48.320)	(39.641)
Total	707.751	749.073	911.541	931.300

- (i) As contas a receber no mercado externo estão denominadas em dólar norte americano, euro e peso argentino.

a) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	648.698	690.963	817.350	850.929
Vencidas:				
Até 30 dias	34.890	23.165	56.337	30.464
De 31 a 60 dias	8.815	3.186	14.999	7.878
De 61 a 90 dias	2.582	1.384	6.446	4.169
De 91 a 180 dias	6.404	4.430	9.787	9.244
Mais de 181 dias	49.803	63.039	54.942	68.257
Total	<u>751.192</u>	<u>786.167</u>	<u>959.861</u>	<u>970.941</u>

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(37.094)	(39.641)
Adições	(20.186)	(26.070)
Outros movimentos/Variação cambial	13.839	17.391
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>(43.441)</u>	<u>(48.320)</u>

A composição por idade de vencimento das contas a receber de clientes incluídas na provisão de créditos para liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Até 30 dias	(103)	-	(103)	-
De 31 a 60 dias	(272)	(23)	(443)	(99)
De 61 a 90 dias	(757)	(101)	(890)	(125)
De 91 a 180 dias	(2.487)	(1.991)	(4.396)	(2.828)
Mais de 181 dias	(39.822)	(34.979)	(42.488)	(36.589)
Total	<u>(43.441)</u>	<u>(37.094)</u>	<u>(48.320)</u>	<u>(39.641)</u>

Adições e reversões da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro acima. A política exige que os títulos em atraso recebam alguma tratativa em até 45 dias da data de vencimento e, se não houver uma evolução favorável das negociações em até 90 dias, os mesmos são enviados para empresas de assessoria de cobrança externa ou para o contencioso. Neste momento é feita a provisão de 100% da carteira de títulos do cliente, independente do vencimento. Não foi constituída provisão para perda de clientes com duplicatas em atraso e cujas dívidas já foram renegociadas e para os quais a Companhia e suas controladas possuem como garantias cartas de crédito e imóveis.

8. Estoques

São registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e por eventuais perdas, quando aplicável.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos acabados	229.220	190.942	397.422	401.277
Produtos em processo	23.282	27.316	45.064	47.457
Matérias-primas	101.304	107.803	129.594	152.921
Importações em andamento	25.350	27.190	25.350	27.190
Outros	2.810	2.608	101.331	23.563
Total	381.966	355.859	698.761	652.408

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(3.150)	(9.236)
Adições	(12.313)	(12.552)
Outros movimentos	9.233	10.280
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(6.230)	(11.508)

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	828	2.290	1.088	2.545
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.806	12.060	8.154	12.477
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	8.283	842	10.251	4.965
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	1.744	469	1.744	1.430
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	3.739	3.976	3.739	5.947
Reintegração de impostos – Plano Brasil Maior	1.303	3.804	1.303	3.804
Crédito ação judicial INSS	6.988	6.988	6.988	6.988
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha:				
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA	-	-	3.258	1.719
Antecipações de imposto de renda	-	-	10.751	8.798
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:				
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA	-	-	9.923	1.802
Antecipações de imposto de renda	-	-	31.541	14.351
Impostos de exportação	-	-	2.609	4.649
Crédito tributário	-	-	5.266	3.483
Outros	3.543	6.821	5.107	10.041
Total	34.234	37.250	101.722	82.999
Parcela do circulante	24.225	26.763	85.158	63.476
Parcela do não circulante	10.009	10.487	16.564	19.523

10. Imposto de renda e contribuição social

Os impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os

montantes são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços.

a) Diferidos

		Controladora e Consolidado	
		2017	2016
Ativo:			
Controladora:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		14.822	10.987
Provisão para perda nos estoques		2.125	1.012
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		14.063	11.899
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa		-	32.249
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas		19.192	405
Operações com instrumentos financeiros derivados		-	221
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL		5.607	22.346
Redução ao valor recuperável ágio Osklen		42.670	-
Outras diferenças temporárias		13.666	6.022
Total – controladora		112.145	85.141
Controladas:			
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:			
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		3.814	5.228
- Diferença fiscal na valorização de estoques		5.285	225
- Outras diferenças temporárias		1.900	12.089
		10.999	17.542
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha:			
- Provisões para créditos de liquidação duvidosa		377	194
- Provisão para perda nos estoques		333	231
- Outras diferenças temporárias		1.639	950
		2.349	1.375
Alpargatas Europe S.L.			
- Impostos diferidos sobre lucros não realizados		1.096	-
Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. – Osklen			
- Provisões para créditos de liquidação duvidosa		532	79
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		873	736
- Provisão para perda nos estoques		-	367
- Prejuízos Fiscais de Base negativa de CSLL		10.198	3.927
- Outras diferenças temporárias		428	1.867
		12.031	6.976
- Impostos diferidos sobre lucros não realizados		5.555	4.686
Total – consolidado		144.175	115.720
Passivo:			
Controladora:			
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	(i)	16.685	14.543
Operações com instrumentos financeiros derivativos		(200)	(30)
Ajuste a valor presente – Lei 11.638		278	-

Total controladora	<u>16.763</u>	<u>14.513</u>
Controladas:		
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:		
- Ajuste a valor presente sobre obrigações renegociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado	8.975	18.215
Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. - Osklen (ii)	<u>67.948</u>	<u>73.813</u>
Total – consolidado	<u>93.686</u>	<u>106.541</u>
Controladora – Ativo não circulante	95.382	70.628
Consolidado – Ativo não circulante	106.406	76.689
Consolidado – Passivo não circulante	(55.917)	(67.510)

- (i) A Companhia aproveita, à razão de 1/60 avos, o benefício fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada CBS S.A. – Companhia Brasileira de Sandálias, após incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., com amortização mensal de R\$400, de janeiro de 2009 até outubro de 2017, com impacto tributário de R\$136 ao mês; e da própria CBS S.A., com amortização mensal de R\$192, de fevereiro de 2015 até janeiro de 2020, com impacto tributário de R\$65 ao mês para fins de IRPJ e CSLL.
- (ii) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos passivos apurados sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos quando da aquisição do controle da Osklen. A reversão do passivo ocorre à medida que os intangíveis com vida útil definida adquiridos são amortizados.

Os créditos tributários diferidos no consolidado possuem os seguintes prazos estimados de realização:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2017	-	30.420
2018	44.215	12.282
2019	28.740	17.303
2020	23.545	12.886
2021	23.540	10.578
2022 em diante	<u>24.135</u>	<u>32.251</u>
Total – consolidado	<u>144.175</u>	<u>115.720</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía crédito tributário não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, gerados por sua controlada no exterior Alpargatas USA Inc. e sua controlada indireta no exterior Osklen USA Holding Corp, que, devido à ausência de projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios, não foram registrados pelas respectivas controladas no exterior.

O valor do crédito tributário, não reconhecido contabilmente, calculado à alíquota vigente nos Estados Unidos da América é composto por:

Diferenças temporárias totais	165
Prejuízos fiscais	<u>129.024</u>
Crédito tributário	<u>129.189</u>

O crédito tributário sobre os prejuízos fiscais gerados por tal controlada tem prazo de 20 anos para ser compensado (data de expiração).

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos para o exercício findo em 31 de dezembro 2017 é demonstrada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Total	Ativo	Passivo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	85.141	14.513	70.628	115.720	106.541	9.179
Efeitos no resultado	26.363	2.250	24.113	29.443	(9.617)	39.060
Outros resultados abrangentes	(221)	-	(221)	(221)	-	(221)
Impostos de operações descontinuadas	862	-	862	862	-	862
Variação cambial, encargos e outros movimentos	-	-	-	(1.629)	(3.238)	1.609
Saldo em 31 de dezembro de 2017	112.145	16.763	95.382	144.175	93.686	50.489

b) Correntes

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	356.074	356.427	305.795	385.281
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	(121.065)	(121.185)	(103.970)	(130.996)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.306)	27.785	-	-
Benefício dos juros sobre o capital próprio	51.102	45.084	51.102	45.084
Subvenção para investimento – ICMS	57.909	61.296	57.909	61.296
Subvenção fiscal federal - IRPJ (nota explicativa nº 5)	22.730	-	22.730	-
Crédito tributário Argentina (nota explicativa nº 33.ii))	-	-	11.330	-
Ajuste fiscal inflação – Argentina (i)	-	-	18.421	-
Crédito tributário não constituído sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias apuradas por controladas no exterior	-	-	(10.885)	5.523
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(481)	(4.055)	(196)	(3.930)
Total despesa com imposto de renda e contribuição social	7.889	8.925	46.441	(23.023)
Correntes	(16.224)	(284)	7.381	(47.543)
Diferidos	24.113	9.209	39.060	24.520
Alíquota efetiva	(2%)	(3%)	(15%)	6%

- (i) Ajuste de imposto de renda na Argentina originada da redução da base de cálculo pelo reconhecimento da inflação referente ao ano de 2016 nos ativos monetários e passivos monetários.

11. Operações descontinuadas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1.3, em 3 de novembro de 2015, a Companhia celebrou contrato de compra e venda das operações relacionadas às marcas Topper e Rainha no Brasil e na Argentina. Adicionalmente, em 13 de maio de 2016, a Companhia divulgou o que a partir de janeiro de 2017 não seria mais representante da marca Timberland no Brasil. Em 31 de dezembro de 2017, as receitas e despesas destas operações foram classificadas como operações descontinuadas, impactando o segmento de negócio “Operações Nacionais”. Assim, determinadas rubricas das demonstrações financeiras correspondentes às operações

da Timberland e relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram reclassificadas para apresentação segregada das Operações Descontinuadas conforme determina a norma contábil.

O resultado das operações da Topper e Rainha no Brasil e Timberland nos exercícios findos estão apresentados abaixo:

Em 31 de dezembro de 2017:

	Topper e Rainha	Timberland	Total
Receita	-	25.857	25.857
Custo	-	(26.051)	(26.051)
Lucro bruto	-	(194)	(194)
Despesas operacionais líquidas	-	(2.503)	(2.503)
Resultado financeiro	-	161	161
Lucro (Prejuízo) das operações descontinuadas antes dos impostos	-	(2.536)	(2.536)
Receita (despesa) tributária:			
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações descontinuadas – Atribuível aos sócios da empresa controladora	-	(1.674)	(1.674)

Em 31 de dezembro de 2016:

	Topper e Rainha	Timberland	Total
Receita	40.502	88.967	129.469
Custo	(34.281)	(57.308)	(91.589)
Lucro bruto	6.221	31.659	37.880
Despesas operacionais líquidas	(12.633)	(32.321)	(44.954)
Resultado financeiro	453	886	1.339
Lucro (Prejuízo) das operações descontinuadas antes dos impostos	(5.959)	224	(5.735)
Receita (despesa) tributária:			
Relacionada ao lucro (prejuízo) antes dos impostos	2.026	(76)	1.950
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações descontinuadas – Atribuível aos sócios da empresa controladora	(3.933)	148	(3.785)

12. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Processos tributários	10.018	10.040	10.018	10.040
Processos cíveis	400	13	400	13
Reclamações trabalhistas	10.120	9.816	12.837	12.211
	<u>20.538</u>	<u>19.869</u>	<u>23.255</u>	<u>22.264</u>

Os depósitos judiciais, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

13. Investimentos

Estão representados como segue:

	Controladora	
	2017	2016
Investimentos	410.601	420.245
Ágio	147.893	327.255
	<u>558.494</u>	<u>747.500</u>

	Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Alpargatas International S.L. - Espanha	Alpargatas Imobiliária S.A.	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. - Osklen	Total
<u>Informações em 31 de dezembro de 2017</u>						
Número de ações ou cotas possuídas	5.978.751	57.734.570	10.296.177	507.021.800	50.914.603	
Total do ativo circulante	275	204.616	8.614	413.474	154.267	
Total do ativo não circulante	3.360	65.458	3.234	58.661	249.839	
Total do passivo circulante	-	167.038	(87)	224.553	125.294	
Total do passivo não circulante	-	1.818	-	56.464	83.814	
Capital social	5.979	229.951	10.296	90.474	80.209	
Participação não controladores	-	-	-	210	77.999	
Patrimônio líquido controladores	3.635	101.218	11.935	190.908	116.999	
Lucro não realizado nos estoques / Ganho não realizado venda ativo	-	(9.201)	-	(14)	(1.568)	
	<u>3.635</u>	<u>92.017</u>	<u>11.935</u>	<u>190.894</u>	<u>115.431</u>	
Receita líquida do exercício	-	441.628	108	675.395	229.871	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	200	3.205 (i)	1.188	7.338 (ii)	(29.318)	
Participação - %	100,00	100,00	100,00	98,35 (iii)	60,00	
Valor contábil dos investimentos:						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>3.985</u>	<u>62.366</u>	<u>10.747</u>	<u>210.127</u>	<u>133.020</u>	<u>420.245</u>
Resultado de equivalência patrimonial	200	1.909	1.188	7.509)	(17.589)	(6.783)
Variação cambial dos investimentos	<u>(550)</u>	<u>27.742</u>	<u>-</u>	<u>(30.053)</u>	<u>-</u>	<u>(2.861)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><u>3.635</u></u>	<u><u>92.017</u></u>	<u><u>11.935</u></u>	<u><u>187.583</u></u>	<u><u>115.431</u></u> (iv)	<u><u>410.601</u></u>

(i) A diferença de R\$1.296 entre o lucro da Alpargatas Internacional S.L. - Espanha e a equivalência patrimonial no exercício refere-se ao lucro não realizado nos estoques da controlada.

(ii) A diferença de R\$171 entre o lucro da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina e a equivalência patrimonial no exercício refere-se ao lucro realizado nos estoques da controlada.

(iii) Os outros 1,65% de participação da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina são detidos pela controlada Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda, e totalizam R\$3.311 em 31 de dezembro de 2017.

(iv) Em 31 de dezembro de 2017, o valor referente a mais valia de ativos e passivos da Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. – Osklen era de R\$74.204 (R\$81.034 em 31 de dezembro de 2016).

	Controladas					Total
	Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Alpargatas Internacional S.L. - Espanha	Alpargatas Imobiliária S.A.	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Terras de Avent. Ind. Artigos Esportivos S.A. - Osklen	
Informações em 31 de dezembro de 2016						
Número de ações ou cotas possuídas	5.978.751	57.734.570	10.296.177	507.021.800	50.914.603	
Total do ativo circulante	278	181.631	9.323	377.610	145.707	
Total do ativo não circulante	3.707	33.142	3.234	64.287	277.246	
Total do passivo circulante	-	144.347	1.810	194.735	125.874	
Total do passivo não circulante	-	538	-	33.322	72.765	
Capital social	5.979	199.194	10.296	105.991	80.209	
Participação não controladores	-	-	-	180	89.726	
Patrimônio líquido controladores	3.985	69.888	10.747	213.660	134.588	
Lucro não realizado nos estoques / Ganho não realizado venda ativo	-	(7.522)	-	(7)	(1.568)	
	3.985	62.366	10.747	213.653	133.020	
Receita líquida do exercício	-	475.476	98	772.715	231.606	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	620	49.605 (i)	1.247	37.029 (ii)	(7.737)	
Participação - %	100,00	100,00	100,00	98,35 (iii)	60,00	
Valor contábil dos investimentos:						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.904	40.097	11.200	260.934	137.561	454.696
Aumento de capital	-	-	-	-	2.351	2.351
Operações de hedge	(34)	-	-	(2.018)	-	(2.052)
Distribuição de dividendos	-	-	(1.700)	-	(421)	(2.121)
Resultado de equivalência patrimonial	620	49.660 (i)	1.247	36.407 (ii)	(6.211)	81.723
Variação cambial dos investimentos	(1.505)	(27.391)	-	(85.196)	(260)	(114.352)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.985	62.366	10.747	210.127	133.020 (iv)	420.245

- (i) A diferença de R\$(55) entre o lucro da Alpargatas Internacional S.L. – Espanha e a equivalência patrimonial no exercício refere-se ao lucro não realizado nos estoques da controlada.
- (ii) A diferença de R\$622 entre o lucro da Alpargatas A.S.A.I.C - Argentina e a equivalência patrimonial no exercício refere-se ao lucro realizado nos estoques da controlada.
- (iii) Os outros 1,65% de participação da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina são detidos pela controlada Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda, e totalizam R\$ 3.526 em 31 de dezembro de 2016.
- (iv) Em 31 de dezembro de 2016, o valor referente a mais valia de ativos e passivos da Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. – Osklen era de R\$81.034 (R\$84.733 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o ágio em controladas é composto como segue:

	CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. - Osklen	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	53.862	96.268	177.125	327.255
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	96.268	51.625 (i)	147.893

(i) Vide nota explicativa nº 15.a)

Investimentos indiretos através da empresa “holding” Alpargatas International S.L.

	Controladas Indiretas							
	Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	Alpargatas France S.A.R.L. - França	Alpargatas UK Limited - Reino Unido	Alpargatas Itália S.R.L. - Itália	Alpargatas Portugal Limited - Portugal	Alpargatas Germany GmbH – Alemanha	Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	Total controladas indiretas
<u>Informações em 31 de dezembro de 2017</u>								
Número de ações ou cotas possuídas	100.000	5.000	1	1	2	25.000	10	
Total do ativo circulante	143.259	9.361	9.726	5.300	3.366	2.464	30.470	
Total do ativo não circulante	29.632	5.409	1.860	4.909	4.096	1.079	17.377	
Total do passivo circulante	26.156	11.971	3.584	6.851	5.586	3.042	151.372	
Total do passivo não circulante	1.548	-	-	-	-	-	270	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	145.187	2.799	8.002	3.358	1.876	501	(103.795)	
Receita líquida do exercício	280.413	22.108	14.535	17.348	8.545	4.211	94.468	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	31.204	759	1.895	900	34	173	(26.302)	
Participação indireta - %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
Valor contábil dos investimentos:								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	91.999	1.701	5.247	2.051	1.298	269	(75.642)	26.923
Resultado da equivalência patrimonial	31.204	759	1.895	900	34	173	(26.302)	8.663
Variação cambial dos investimentos	21.984	339	860	407	544	59	(1.851)	22.342
Saldo em 31 de dezembro de 2017	145.187	2.799	8.002	3.358	1.876	501	(103.795)	57.928

Informações em 31 de dezembro de 2016	Controladas Indiretas							Total controladas indiretas
	Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	Alpargatas France S.A.R.L. - França	Alpargatas UK Limited - Reino Unido	Alpargatas Itália S.R.L. - Itália	Alpargatas Portugal Limited - Portugal	Alpargatas Germany GmbH – Alemanha	Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	
Número de ações ou cotas possuídas	100.000	5.000	1	1	2	25.000	10	
Total do ativo circulante	124.578	3.753	3.116	2.475	1.817	459	45.269	
Total do ativo não circulante	6.460	4.135	1.641	4.063	2.539	192	12.210	
Total do passivo circulante	38.845	6.187	(490)	4.487	3.058	382	132.778	
Total do passivo não circulante	194	-	-	-	-	-	343	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	91.999	1.701	5.247	2.051	1.298	269	(75.642)	
Receita líquida do exercício	307.931	21.311	13.882	14.658	7.899	3.041	106.754	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	57.805	740	1.281	763	298	135	(9.654)	
Participação indireta - %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
Valor contábil dos investimentos:								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	58.596	1.289	6.258	1.696	1.277	183	(78.081)	(8.782)
Resultado da equivalência patrimonial	57.805	740	1.281	763	298	135	(9.654)	51.368
Variação cambial dos investimentos	(24.402)	(328)	(2.292)	(408)	(277)	(49)	12.093	(15.663)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	91.999	1.701	5.247	2.051	1.298	269	(75.642)	26.923

Informações adicionais de controladas

Na tabela a seguir estão apresentadas as informações relativas a controlada do Grupo que tem participação material de acionistas não controladores.

	Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. - Osklen	
	2017	2016
Percentual dos não controladores	40%	40%
Total do ativo circulante	155.220	145.712
Total do ativo não circulante	66.198	64.246
Total do passivo circulante	(113.818)	(125.879)
Total do passivo não circulante	(38.888)	(4.412)
Ativos líquidos	68.712	79.667
Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores	27.485	31.867
Receita líquida do exercício	229.871	231.606
Resultado do exercício	(17.933)	(4.188)
Outros resultados abrangentes – ORA	-	430
Total resultado abrangente	(17.933)	(3.758)
Resultado alocado para não controladores	(7.173)	(1.675)
ORA alocado para não controladores	-	172
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(28.147)	(13.405)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(2.338)	(8.025)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	25.066	30.305
Aumento (diminuição) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	(5.419)	8.875

14. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, que inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

		Controladora					
		2017			2016		
Vida útil depreciação (anos)		Custo	Depreciação acumulada (i)	Líquido	Custo	Depreciação acumulada (i)	Líquido
Terrenos	-	10.321	-	10.321	10.321	-	10.321
Edifícios e construções	10 - 80	357.314	(97.340)	259.974	340.000	(90.036)	249.964
Máquinas e equipamentos	3 - 30	508.505	(233.179)	275.326	467.526	(208.239)	259.287
Móveis e utensílios	10	47.181	(27.666)	19.515	46.410	(24.496)	21.914
Veículos	10	7.118	(4.702)	2.416	6.905	(3.937)	2.968
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 - 10	30.576	(21.871)	8.705	33.067	(21.967)	11.100
Projetos em andamento	-	51.711	-	51.711	55.113	-	55.113
Outros imobilizados	-	5.525	-	5.525	3.788	-	3.788
Provisão para perdas ("impairment") (ii)	-	(11.772)	-	(11.772)	(347)	-	(347)
Total		1.006.479	(384.758)	621.721	962.783	(348.675)	614.108

		Consolidado					
		2017			2016		
	Vida útil depreciação (anos)	Custo	Depreciação acumulada (i)	Líquido	Custo	Depreciação acumulada (i)	Líquido
Terrenos	-	11.715	-	11.715	12.256	-	12.256
Edifícios e construções	10 - 80	435.290	(155.260)	280.030	472.338	(194.893)	277.445
Máquinas e equipamentos	3 - 30	623.363	(326.971)	296.392	645.197	(358.152)	287.045
Móveis e utensílios	10	96.218	(65.175)	31.043	108.040	(77.897)	30.143
Veículos	10	8.657	(6.196)	2.461	9.214	(6.092)	3.122
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 - 10	106.602	(60.488)	46.114	101.220	(56.927)	44.293
Projetos em andamento	-	55.032	-	55.032	60.986	-	60.986
Outros imobilizados	-	10.630	-	10.630	13.440	-	13.440
Provisão para perdas ("impairment") (ii)	-	(11.772)	-	(11.772)	(6.647)	-	(6.647)
Total		1.335.735	(614.090)	721.645	1.416.044	(693.961)	722.083

(i) A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, a qual é revisada anualmente.

(ii) Refere-se à provisão para perdas de ativos das fábricas sem utilização ou obsoletos.

Movimentação

		Controladora					
	2016	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Outras movimentações	2017
<u>Imobilizado</u>							
Terrenos	10.321	-	-	-	-	-	10.321
Edifícios e construções	249.964	-	20.370	(9.060)	(1.322)	22	259.974
Máquinas e equipamentos	259.287	-	52.910	(33.737)	(3.253)	119	275.326
Móveis e utensílios	21.914	-	2.588	(4.478)	(651)	142	19.515
Veículos	2.968	-	174	(699)	(27)	-	2.416
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.100	-	958	(2.831)	(522)	-	8.705
Projetos em andamento	55.113	74.246	(77.648)	-	-	-	51.711
Outros imobilizados	3.788	-	-	-	(135)	1.872	5.525
Provisão para perdas ("impairment")	(347)	-	-	-	-	(11.425)	(11.772)
Total	614.108	74.246	(648)	(50.805)	(5.910)	(9.270)	621.721

Controladora

	2015	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Outras movim. (ii)	2016
<u>Imobilizado</u>							
Terrenos	10.321	-	-	-	-	-	10.321
Edifícios e construções	251.197	-	9.360	(9.267)	(1.501)	175	249.964
Máquinas e equipamentos	248.890	-	42.386	(32.182)	(657)	850	259.287
Móveis e utensílios	24.336	-	2.004	(4.297)	(120)	(9)	21.914
Veículos	3.399	-	274	(705)	-	-	2.968
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13.848	-	1.299	(3.464)	(583)	-	11.100
Projetos em andamento	35.151	76.563	(56.601)	-	-	-	55.113
Outros imobilizados	13.566	-	(549)	-	(9.229)	-	3.788
Provisão para perdas ("impairment")	(2.238)	-	549	-	-	1.342	(347)
Total	598.470	76.563	(1.278)	(49.915)	(12.090)	2.358	614.108

Consolidado

	2016	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Outras movimentações	2017
<u>Imobilizado</u>							
Terrenos	12.256	-	-	-	-	(541)	11.715
Edifícios e construções	277.445	185	20.370	(10.790)	(1.402)	(5.778)	280.030
Máquinas e equipamentos	287.045	5.232	52.941	(36.413)	(3.273)	(9.140)	296.392
Móveis e utensílios	30.143	4.110	2.595	(7.943)	(741)	2.879	31.043
Veículos	3.122	-	715	(782)	(27)	(567)	2.461
Benfeitoria em imóveis de terceiros	44.293	3.346	5.547	(13.331)	(725)	6.984	46.114
Projetos em andamento (iii)	60.986	79.291	(85.158)	-	-	(87)	55.032
Outros imobilizados	13.440	-	-	-	(135)	(2.675)	10.630
Provisão para perdas ("impairment")	(6.647)	-	-	-	-	(5.125)	(11.772)
Total	722.083	92.164	(2.990)	(69.259)	(6.303)	(14.050)	721.645

Consolidado

	2015	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Outras movim. (ii)	2016
<u>Imobilizado</u>							
Terrenos	13.196	-	-	-	-	(940)	12.256
Edifícios e construções	293.340	365	9.360	(11.446)	(1.501)	(12.673)	277.445
Máquinas e equipamentos	282.415	3.981	43.263	(36.492)	(742)	(5.380)	287.045
Móveis e utensílios	35.139	2.941	119	(7.702)	(415)	61	30.143
Veículos	3.700	839	259	(2.972)	-	1.296	3.122
Benfeitoria em imóveis de terceiros	56.227	5.355	1.159	(11.352)	(1.189)	(5.907)	44.293
Projetos em andamento (iv)	45.915	81.290	(56.770)	-	(1)	(9.448)	60.986
Outros imobilizados	23.206	-	771	-	(9.260)	(1.277)	13.440
Provisão para perdas ("impairment")	(12.236)	-	549	-	-	5.040	(6.647)
Total	740.902	94.771	(1.290)	(69.964)	(13.108)	(29.228)	722.083

(i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas do "Imobilizado", quando do encerramento dos projetos.

(ii) Refere-se substancialmente a variação cambial de controladas no exterior.

- (iii) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos: (1) manutenção e modernização das fábricas, com investimentos de aproximadamente R\$20.389; e (2) diversas melhorias e expansão do processo fabril, com investimentos de aproximadamente R\$23.320; e (3) demais projetos R\$11.323.
- (iv) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos: (1) manutenção e modernização das fábricas, com investimentos de aproximadamente R\$19.506; e (2) diversas melhorias e expansão do processo fabril, com investimentos de aproximadamente R\$23.897; e (3) demais projetos R\$17.583.

15. Intangível

Controladora							
	Vida útil amortização (anos)	2017			2016		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Sistemas de gestão empresarial (i)	4 - 10	196.688	(151.546)	45.142	193.854	(134.228)	59.626
Carteira de clientes	5	27.311	(27.311)	-	27.311	(27.311)	-
Cessão de direitos comerciais (ii)	5 - 10	6.621	(781)	5.840	-	-	-
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	-	1.027	-	1.027	1.027	-	1.027
Ágio na aquisição de controladas incorporadas	-	53.862	-	53.862	-	-	-
Projetos em andamento	-	7.396	-	7.396	7.005	-	7.005
Cessão de direitos comerciais (ii)	-	-	-	-	3.618	-	3.618
Total		<u>292.905</u>	<u>(179.638)</u>	<u>113.267</u>	<u>232.815</u>	<u>(161.539)</u>	<u>71.276</u>

Consolidado							
	Vida útil amortização (anos)	2017			2016		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	1 - 10	22.034	(22.024)	10	24.712	(22.810)	1.902
Sistemas de gestão empresarial (i)	4 - 10	206.805	(158.948)	47.857	203.337	(141.286)	62.051
Cessão de direitos comerciais	5 - 10	91.299	(12.582)	78.717	11.076	(4.809)	6.267
Carteira de clientes	1 - 5	47.167	(40.637)	6.530	35.806	(32.694)	3.112
Acordo de não competição	4	20.850	(13.197)	7.653	20.850	(9.204)	11.646
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	-	143.916	-	143.916	143.916	-	143.916
Ágio na aquisição de controladas	-	201.755	-	201.755	327.255	-	327.255
Projetos em andamento	-	7.396	-	7.396	5.569	-	5.569
Cessão de direitos comerciais (ii)	-	-	-	-	85.439	-	85.439
Total		<u>741.222</u>	<u>(247.388)</u>	<u>493.834</u>	<u>857.960</u>	<u>(210.803)</u>	<u>647.157</u>

- (i) Referem-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial, tais como SAP/R3, Plataforma ALPA ONE e LINX, e pelos custos incorridos no projeto de gestão da cadeia de valor.
- (ii) Referem-se aos valores pagos na aquisição de direitos de uso dos pontos comerciais onde se localizam determinadas lojas Havaianas e Osklen no consolidado. A partir de 2017 o custo de aquisição passou a ser amortizado pelo prazo contratual remascente e mais a expectativa de renovação.

a) Informações adicionais sobre o intangível

(i) *Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos*

	Consolidado	
	2017	2016
Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos registrados ao resultado:	17.498	19.662

(ii) *Teste de redução ao valor recuperável do ágio*

Para fins de teste de redução de valor recuperável, o ágio foi alocado para as unidades geradoras de caixa (UGCs) nos respectivos segmentos de negócios como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Operações nacionais:		
Brasil (Sandálias)	53.862	53.862
Osklen	51.625	177.125
Operações internacionais:		
Argentina	96.268	96.268
	201.755	327.255

O valor recuperável das UGCs foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2017 para as UGCs são conforme segue:

	UGCs		
	Brasil	Argentina	Osklen
Taxa de desconto	10,5%	21,0%	10,5%
Taxa de crescimento na perpetuidade	5,0%	10,0%	5,5%
Taxa de crescimento estimado para resultado operacional (CAGR 18-22)	12, 2%	12,1%	16,7%

As taxas de desconto utilizadas foram calculadas antes dos impostos considerando o método do Custo Médio Ponderado de Capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC"), que considera custos do capital próprio e da dívida. O custo do capital próprio foi calculado através do método "Capital Asset Pricing Model - CAPM", utilizando valores e premissas alinhadas com as práticas de mercado para esses cálculos e considerando as particularidades de cada UGC.

As projeções de fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e taxas de crescimento na perpetuidade após este período. A Administração acredita que a taxa de crescimento na perpetuidade utilizada está em linha com a premissa que participantes do mercado utilizariam.

O lucro operacional foi projetado com base no desempenho passado, premissas macroeconômicas de PIB e inflação ajustadas pelo crescimento previsto de vendas e expectativas de desenvolvimento dos mercados. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor.

O teste da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável para as UGCs “Brasil” e “Argentina”, porém as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade na UGC “Osklen” no montante de R\$ 125,5milhões. Esta perda foi inteiramente alocada ao ágio e foi incluída em “Outras despesas”.

b) Movimentação

	Controladora						
	2016	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Outras movimentações	2017
<u>Intangível</u>							
Com vida útil definida:							
Sistema de gestão empresarial	59.626	-	1.403	(15.846)	(7)	(34)	45.142
Cessão de direitos comerciais	-	-	6.621	(781)	-	-	5.840
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	1.027	-	-	-	-	-	1.027
Projetos em andamento (ii)	7.005	4.046	(3.655)	-	-	-	7.396
Ágio na aquisição de controladas incorporadas	-	-	-	-	-	53.862	53.862
Cessão de direitos comerciais	3.618	-	(3.721)	-	(1.327)	1.430	-
Total	71.276	4.046	648	(16.627)	(1.334)	55.258	113.267

	Controladora						
	2015	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Outras movimentações (ii)	2016
<u>Intangível</u>							
Com vida útil definida:							
Sistema de gestão empresarial	77.334	-	2.486	(21.033)	(150)	989	59.626
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	1.027	-	-	-	-	-	1.027
Projetos em andamento	3.946	4.267	(1.208)	-	-	-	7.005
Cessão de direitos comerciais	6.710	-	-	-	(673)	(2.419)	3.618
Total	89.017	4.267	1.278	(21.033)	(823)	(1.430)	71.276

	Consolidado							
	2016	Adições	Transf.(i)	Amortizações	Impairment	Baixas	Variação cambial/ Outras movim. (ii)	2017
Intangível								
Com vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	1.902	-	-	(1.466)	-	-	(426)	10
Sistemas de gestão empresarial	62.051	2.001	2.135	(18.337)	-	(7)	14	47.857
Cessão de direitos comerciais	6.267	1.835	82.890	(11.922)	-	(669)	316	78.717
Carteira de clientes	3.112	5.576	-	(1.845)	-	-	(313)	6.530
Acordo de não competição	11.646	-	-	(3.993)	-	-	-	7.653
Sem vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	143.916	-	-	-	-	-	-	143.916
Projetos em andamento (iii)	5.569	3.872	(2.045)	-	-	-	-	7.396
Ágio na aquisição de controladas	327.255	-	-	-	(125.500)	-	-	201.755
Cessão de direitos comerciais	85.439	-	(79.990)	-	-	(6.879)	1.430	-
Total	647.157	13.284	2.990	(37.563)	(125.500)	(7.555)	1.021	493.834

Consolidado							
	2015	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Variação cambial/ Outras movim. (ii)	2016
<u>Intangível</u>							
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	4.703	288	20	(2.326)	-	(783)	1.902
Sistemas de gestão empresarial	79.850	1.404	874	(24.513)	(150)	4.586	62.051
Cessão de direitos comerciais	6.154	7.831	1.604	(1.441)	(288)	(7.593)	6.267
Carteira de clientes	6.531	-	-	(1.384)	-	(2.035)	3.112
Acordo de não competição	15.638	-	-	(3.993)	-	1	11.646
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	143.916	-	-	-	-	-	143.916
Ágio na aquisição de controladas	327.255	-	-	-	-	-	327.255
Projetos em andamento (iv)	3.946	4.809	(1.208)	-	-	(1.978)	5.569
Cessão de direitos comerciais	83.389	-	-	-	(673)	2.723	85.439
Total	671.382	14.332	1.290	(33.657)	(1.111)	(5.079)	647.157

- (i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica “Projetos em andamento” para as correspondentes contas definitivas do “Intangível”, quando do encerramento dos projetos.
- (ii) Refere-se substancialmente a variação cambial de controladas no exterior.
- (iii) Os saldos registrados na rubrica “Projetos em andamento” referem-se aos projetos: (1) investimentos em infra-estrutura e TI, com investimento de R\$6.576 e (2) demais projetos R\$820.
- (iv) Os saldos registrados na rubrica “Projetos em andamento” referem-se aos projetos: (1) investimentos em infra-estrutura e TI, com investimento de R\$4.199 e (2) demais projetos R\$1.370.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Nacionais	207.045	257.818	216.389	269.613
Estrangeiros	50.756	52.229	159.436	145.686
Operação risco sacado	12.287	11.989	12.287	11.989
Total	270.088	322.036	388.112	427.288

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

O montante em 31 de dezembro de 2017 de R\$12.287 (R\$11.989 em 31 de dezembro de 2016) trata-se de passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras. Devido às características, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia. A Companhia entende que esta transação tem natureza específica, mantendo o mesmo prazo de vencimento e valores envolvidos nas transações comerciais com os fornecedores, dessa forma, não classificamos separadamente da rubrica "Fornecedores".

17. Empréstimos e financiamentos

				Controladora		Consolidado	
				2017	2016	2017	2016
Moeda		Indexador e taxa anual de juros					
<u>Denominados em reais:</u>							
FNE (BNB)	(a)	2,53%		93.312	144.145	93.312	144.145
Finame	(b)	3,38%		33.990	41.765	33.990	41.765
Finem	(c)	9,26%		41.728	57.008	41.728	57.008
Exim (BNDES)	(d)	10,87%		142.171	186.270	142.171	186.270
Risco sacado	(e)	11,64%		-	-	21.655	25.660
Debêntures	(f)	7,18%		250.551	-	250.551	-
Total em reais				561.752	429.188	583.407	454.848
<u>Denominados em moeda estrangeira:</u>							
Linha externa (4131) - Terras de Aventura Ind. Artigos Esportivos S.A. – Osklen							
	(g)	US\$	2,72%	-	-	30.936	42.545
"Working capital" - Alpargatas USA	(h)	US\$	3,56%	-	-	15.058	56.099
"Working capital" - Terras de Aventura Ind. Artigos Esportivos S.A. – Osklen							
	(h)	US\$	3,41%	-	-	16.540	8.148
"Line of Credit" – Alpargatas USA		US\$	2,99%	-	-	67.522	-
Arrendamentos mercantis financeiros - Alpargatas S.A.I.C. – Argentina							
	(i)	AR\$	23,88%	-	-	92	186
"Working capital" - Alpargatas S.A.I.C. – Argentina	(i)	AR\$	24,40%	-	-	20.088	30.848
Total em moeda estrangeira				-	-	150.236	137.826
Total geral				561.752	429.188	733.643	592.674
Passivo circulante				237.050	46.530	408.941	209.908
Passivo não circulante				324.702	382.658	324.702	382.766

- (a) Destinado a apoiar programas de investimentos na Região Nordeste e investimento na fábrica de Montes Claros na região norte de Minas Gerais. As liberações das parcelas dos contratos foram vinculadas ao cronograma de desembolsos dos investimentos. As garantias estão suportadas por carta de fiança bancária.

- (b) Os empréstimos e financiamentos referentes à FINAME, que foram captados pela controladora entre 2010 e 2014, que têm como objetivo financiar equipamentos utilizados pela Companhia, a fim de melhorar e aumentar a produção (geralmente equipamentos de fábricas). O prazo médio das operações é de 96 meses (oito anos). Estes financiamentos são amortizados mensalmente, sendo uma parte referente ao valor principal e outra de juros.
- (c) Em outubro de 2015, a Companhia recebeu o crédito de R\$25.445 referente à Pro Design (FINEM). Os valores captados nesta modalidade têm por objetivo contribuir e incentivar o desenvolvimento e fortalecimento da marca e também na criação de produtos. Existem dois contratos de financiamento desta modalidade, sendo um para sandálias e outro focado em artigos esportivos. Ambos possuem prazo de 60 meses.
- (d) Em junho de 2016, a Companhia recebeu o crédito de R\$ 180.840 referentes ao financiamento da linha do BNDES-EXIM Pré Embarque assinados com os bancos Santander e Safra. Os recursos têm o objetivo de financiar as exportações de sandálias e exige ao final da operação, a comprovação da performance das exportações durante o período de vigência do contrato. O financiamento será amortizado em parcela única em 2018.
- (e) Empréstimos captados pela controlada Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. para financiar capital de giro.
- (f) Em dezembro de 2017, a Companhia captou o montante de R\$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais) por meio de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, e 3 (três) séries da espécie quirográfica da 1ª (primeira) emissão. Os recursos obtidos serão utilizados para gestão ordinária de seus negócios, conforme previsto em seu estatuto social. A amortização dos recursos será feita integralmente em uma única parcela na data de vencimento de cada série, sendo a primeira em dezembro de 2019, a segunda em dezembro de 2020 e a terceira em dezembro de 2022.
- (g) Em agosto de 2016, a Companhia, por meio da controlada Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A., captou o montante de US\$4.746 (quatro milhões setecentos e quarenta e seis mil dólares) com vencimento em fevereiro de 2017. Na mesma data foi contratado um Swap para proteção da taxa de juros, convertendo os encargos financeiros (Libor + 1,65% a.a.) para 114,00% do CDI (vide nota explicativa nº 35.c)), designando o instrumento financeiro derivativo para hedge de valor justo. Em setembro de 2016, captou o montante de US\$3.773 (três milhões e setecentos e setenta e três mil dólares) com vencimento em agosto de 2017. Na mesma data foi contratado um Swap para proteção da taxa de juros, convertendo os encargos financeiros (Libor + 1,85% a.a.) para 114,00% do CDI (vide nota explicativa nº 35.c)), designando o instrumento financeiro derivativo para hedge de valor justo. Em outubro de 2016, a Companhia, captou o montante de US\$4.658 (quatro milhões e seiscentos e cinquenta e oito mil dólares) com vencimento em agosto de 2017. Na mesma data foi contratado um Swap para proteção da taxa de juros, convertendo os encargos financeiros (Libor + 1,85% a.a.) para 114,00% do CDI (vide nota explicativa nº 35.c)), designando o instrumento financeiro derivativo para hedge de valor justo. Os empréstimos e os Swaps estão apresentados pelo seu valor justo. Em agosto de 2017, captou o montante de US\$9.519 (nove milhões e quinhentos e dezenove mil dólares) com vencimento em agosto de 2018. Na mesma data foi contratado um Swap para proteção da taxa de juros, convertendo os encargos financeiros (2,72% a.a.) para 116,80% do CDI (vide nota explicativa nº 35.c)), designando o instrumento financeiro derivativo para hedge de valor justo.
- (h) Os empréstimos e financiamentos captados pelas controladas no exterior são garantidos por avais da Companhia, de acordo com limites aprovados pelo Conselho de Administração.
- (i) Os empréstimos e financiamentos captados pela Alpargatas S.A.I.C. - Argentina são utilizados no capital de giro da operação e não possuem "covenants" ou garantias.

Os demais empréstimos estão garantidos por Notas Promissórias e alienação fiduciária de bens da Companhia e de suas controladas, com exceção das operações de "*working capital*" da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2018	-	232.762	-	232.768
2019	118.559	51.469	118.559	51.556
2020	118.559	35.522	118.559	35.535
2021	18.559	30.215	18.559	30.216
2022	68.559	30.215	68.559	30.216
2023	466	1.837	466	1.837
2024 em diante	-	638	-	638
Total	324.702	382.658	324.702	382.766

Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas continham cláusulas restritivas que estabelecem obrigações por parte da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas encontram-se adimplentes destas cláusulas, exceto pelo mencionado abaixo.

Em 31 de dezembro de 2017, em função de cláusula contratual restritiva pela mudança de controle acionário (vide nota explicativa nº 1.2), a Companhia reclassificou temporariamente do longo para o curto prazo, o saldo de empréstimos captados junto BNDES, através de diversas instituições financeiras, no montante de R\$50.306. O processo para a obtenção das anuências da instituição mencionada segue em andamento.

18. Obrigações negociadas de controladas

	Consolidado	
	2017	2016
Circulante	4.855	6.100
Não circulante	18.834	24.626
Total	23.689	30.726

Em 26 de setembro de 2001, a controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina solicitou a abertura de processo preventivo de obrigações negociadas com os credores, tendo sido tal decisão ratificada pela Assembléia Geral de Acionistas realizada em 1º de março de 2002 e o deferimento pelo Tribunal Comercial competente, em 7 de março de 2002.

Em dezembro de 2005, esse mesmo Tribunal Comercial, atendendo à solicitação da Administração da controlada, emitiu decisão tornando conhecida a existência de um pré-acordo com os credores e em 15 de setembro de 2006, após o cumprimento de determinadas obrigações legais anteriormente impostas, a controlada deu início à implementação do acordo de reestruturação de suas dívidas com os credores.

Os valores acima estão demonstrados líquidos dos ajustes a valor presente, nos montantes de R\$11.738 e R\$15.556, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. O ajuste a valor presente vem sendo calculado considerando como taxa, a diferença entre a taxa básica de juros da economia argentina e a taxa prefixada para atualização dos passivos, conforme estabelecido de acordo com os termos das obrigações negociadas. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa média de desconto praticada para o ajuste a valor presente era de 15% ao ano.

Os efeitos decorrentes da reversão líquida do ajuste a valor presente estão sendo registrados na conta “Despesas financeiras” no consolidado e totalizaram R\$1.698 no resultado referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2017 (R\$1.905 referente ao mesmo período de 2016).

O passivo total está sujeito a juros anuais entre 1% e 3% e possui prazos de vencimentos entre 15 e 25 anos, com carência de 6 a 10 anos, a partir da data em que os acordos foram celebrados.

Em 31 de dezembro de 2017, as reversões previstas para os próximos exercícios referentes ao ajuste a valor presente, são demonstradas como segue:

2018	1.436
2019	1.345
2020	1.267
2021 em diante	7.690
Total	<u>11.738</u>

Os vencimentos previstos para a parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

2019	4.406
2020	3.771
2021 em diante	10.657
Total	<u>18.834</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2016	30.726
Juros	2.036
Variação cambial	(4.361)
Pagamentos	<u>(4.712)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>23.689</u>

19. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	4.217	4.061	11.193	13.765
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	-	13.419	2.917	19.301
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	857	150	857	150
Imposto de renda e contribuição social	2.120	-	2.050	19.399
Plano Brasil Maior	3.916	3.900	3.916	3.900
FGTS a Recolher	2.568	2.709	2.568	2.709
INSS Terceiros	966	555	966	555
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:				
Imposto sobre Valor Adicionado – IVA	-	-	-	2.016
Outros impostos	-	-	2.221	2.442
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha:				
Imposto de renda	-	-	2.586	-
Imposto sobre Valor Adicionado – IVA	-	-	-	7
Outros impostos	-	-	961	2.151
Outros	974	1.189	2.550	2.445
Total	<u>15.618</u>	<u>25.983</u>	<u>32.785</u>	<u>68.840</u>

20. Provisões e outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Royalties a pagar	1.197	6.429	1.197	6.440
Provisão para fretes a pagar	5.438	10.917	7.619	11.281
Propagandas a pagar	10.597	9.163	13.954	11.145
Comissões a pagar	2.953	663	4.822	1.989
Provisão honorários ação Cofins (nota explicativa nº 23)	8.046	-	8.046	-
Despesa importação USA	-	-	2.848	7.235
Despesas troca de controle (i)	3.957	-	3.957	-
Adiantamento de clientes	5.326	2.127	5.326	5.588
Adiantamento de terceiros Argentina (ii)	-	-	36.600	-
Armazenagem - EMEA/USA	-	-	3.457	3.688
Outras contas a pagar (comissões, serviços de terceiros, concessionárias e outras)	6.308	6.385	47.027	40.196
Total	43.822	35.684	134.853	87.562

- (i) Referem-se a despesas a incorrer com a obtenção de anuências de contratos de licenciamento de marcas, locação de pontos comerciais e empréstimos junto a instituições financeiras (vide nota explicativa nº 17), em decorrência da transferência de controle da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, considerando cláusulas contratuais existentes nos respectivos contratos.
- (ii) Refere-se a adiantamento pela venda de imóvel na Argentina.

21. Partes relacionadas

a) Saldos com empresas controladas

<u>Ativo e (passivo) não circulante</u>	Controladora	
	2017	2016
Alpargatas Imobiliária S.A.	(23)	(23)
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina	8.984	-
Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. – Osklen (i)	34.604	554
Total	43.565	531

- (i) Referem-se a dois contratos de mútuo nos valores de R\$12.000, com vencimento em 23 de março de 2018 e taxa de juros de 105,80% do CDI e, R\$20.000, com vencimento em 14 de fevereiro de 2019 e taxa de juros de 104,45% do CDI.

O saldo é representado por conta corrente entre a Companhia e suas controladas, devido à administração centralizada das disponibilidades.

b) Saldos a receber e a pagar decorrentes de transações com empresas controladas

		Controladora		Controladora e consolidado	
		Contas a receber		Contas a pagar	
		2017	2016	2017	2016
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	(ii)	17.643	19.029	-	-
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	(ii)	25.258	24.212	-	-
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina		4.644	-	-	-
Alpargatas Calzados del Uruguay S.A.		1.018	356	-	-
Total		48.563	43.597	-	-

c) Transações com empresas controladas

As transações efetuadas com empresas controladas estão demonstradas a seguir:

		Venda de produtos/serviços		Compra de produtos/serviços	
		2017	2016	2017	2016
Alpargatas S.A.	(i)	112.484	111.554	-	-
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos		-	-	15.977	20.891
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha		-	-	91.001	90.175
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina		-	-	5.506	355
Terras de Aventura Ind. Artigos Esportivos S.A. – Osklen		-	-	-	133
Total		<u>112.484</u>	<u>111.554</u>	<u>112.484</u>	<u>111.554</u>

- (i) Compreendem substancialmente as vendas de sandálias da marca “Havaianas” para as controladas localizadas nos Estados Unidos e na Europa, devido ao modelo das operações e ao formato do canal de distribuição definido para as operações internacionais da Companhia, no qual os produtos são manufaturados no Brasil e posteriormente vendidos para as controladas no exterior, onde são revendidos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não registrou nenhuma baixa ou provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos saldos a receber de suas controladas no exterior.

- (ii) Contas a receber pelas vendas dos produtos descritos no item (i), cujos recebimentos ocorrerão até dezembro de 2018.

d) Transações com outras partes relacionadas

		Controladora e consolidado Ativo				Controladora e consolidado Passivo	
		2017	2016			2017	2016
Banco Itaú-Unibanco	(i)	22.669	-	(ii)		70.371	-
Banco Itaú Argentina	(i)	1.895	-	(iii)		20.086	-
JBS S.A.		-	-	(iv)		-	1.147
Total		<u>24.564</u>	<u>-</u>			<u>90.457</u>	<u>1.147</u>

		Controladora e consolidado Receita				Controladora e consolidado Despesa	
		2017	2016			2017	2016
Banco Itaú-Unibanco	(v)	187	-	(vi)		2.135	-
Banco Itaú Argentina		-	-	(vi)		1.830	-
J&F Investimentos S.A. (ex-controlador)		-	-	(iv)		743	-
JBS S.A.	(vii)	3.001	4	(iv)		-	4.916
Total		<u>3.188</u>	<u>4</u>			<u>4.708</u>	<u>4.916</u>

- (i) Os valores referem-se a: (1) saldo de caixa e equivalentes de caixa da Alpargatas S.A. no valor de R\$20.025; (2) saldo de caixa e equivalentes de caixa na Osklen no valor de R\$2.644; e (3) saldo de caixa e equivalentes de caixa da Alpargatas Argentina no valor de R\$1.895.

- (ii) Os valores referem-se a: (1) Empréstimos Finame da Alpargatas S.A. no valor de R\$12.418; (2) Empréstimos Finem da Alpargatas S.A. no valor de R\$36.297; e (3) operações de risco sacado na Osklen no valor de R\$21.655 (vide nota explicativa nº 17). As operações foram contratadas anteriormente a data de troca de controle acionário.

- (iii) Referem-se a empréstimos da Alpargatas S.A.I.C – Argentina (vide nota explicativa nº 17). As operações foram contratadas anteriormente a data de troca de controle acionário.

- (iv) Referem-se a reembolsos de despesas com mídia e fretes.
- (v) Refere-se a receita de juros sobre aplicações financeiras.
- (vi) Referem-se a despesa com juros sobre empréstimos mencionados nos itens (ii) e (iii), comissão de fiança bancária, taxa de custódia de ações e comissão de emissão de debêntures.
- (vii) Venda de produtos para o ex-controlador.

Em 31 de dezembro de 2017, exceto pelos avais e pelas garantias concedidos para suportar as operações de empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia e suas controladas não haviam concedido outros avais e garantias para partes relacionadas.

e) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Juros sobre capital próprio	5.044	4.891

f) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total dos administradores está assim composta:

	2017		
	Remuneração		
	Fixa	Variável (i)	Total
Conselhos de Administração e Fiscal	3.088	-	3.088
Diretores	8.132	965	9.097
Total	11.220	965	12.185

	2016		
	Remuneração		
	Fixa	Variável (i)	Total
Conselhos de Administração e Fiscal	3.433	-	3.433
Diretores	7.633	5.606	13.239
Total	11.066	5.606	16.672

- (i) Refere-se à participação nos resultados registrados no exercício.

Conforme nota explicativa nº 29, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecida uma despesa referente a plano de incentivo a longo prazo de R\$6.000 (R\$3.662 no mesmo período de 2016).

Em adição à remuneração dos administradores, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada no montante de R\$467 (R\$420 no mesmo exercício de 2016) em nome dos diretores estatutários

A remuneração global anual para os administradores fixada para o exercício de 2017 na Assembleia Geral Ordinária de 19 de abril de 2017 foi de R\$23.900.

22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais, de reclamações de terceiros e ex-funcionários ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões, quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

		Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Reclamações trabalhistas	(i)	17.979	14.927	28.414	27.475
Processos tributários	(ii)	5.556	4.315	7.808	5.815
Processos cíveis	(iii)	19.299	16.892	19.299	16.901
Passivos contingentes	(iv)	-	-	1.438	1.516
Total		42.834	36.134	56.959	51.707
Parcela do circulante		12.017	10.558	14.992	13.349
Parcela do não circulante		30.817	25.576	41.967	38.358

- (i) Referem-se às ações movidas contra a Companhia e suas controladas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária.
- (ii) Refere-se basicamente a uma cobrança de COFINS do período de julho e setembro a dezembro de 1992, em que se discute diferenças não tributadas, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2017 é de R\$4.333. O processo encontra-se aguardando decisão em primeira instância judicial.
- (iii) Referem-se às ações cíveis movidas contra a Companhia relacionadas principalmente de danos morais e materiais decorrentes de discussões de descumprimento contratuais em relação aos contratos de consumo e comerciais.
- (iv) Refere-se ao passivo contingente constituído ao valor justo em decorrência da aquisição da controlada Osklen.

Movimentação

	Controladora			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	14.927	4.315	16.892	36.134
Complementos	14.033	1.417	2.408	17.858
Reversões	-	-	-	-
Pagamentos / Baixas	(10.981)	(176)	(1)	(11.158)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	17.979	5.556	19.299	42.834

	Consolidado				
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Passivo contingente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.475	5.815	16.901	1.516	51.707
Complementos	18.884	1.417	2.636	-	22.937
Reversões	-	-	-	-	-
Pagamentos/Baixas/Variação cambial	(17.945)	576	(238)	(78)	(17.685)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	28.414	7.808	19.299	1.438	56.959

Perdas possíveis

Contingências passivas com risco de perda classificadas como possível:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Tributárias:		
Auto de infração - IRRF (i)	10.622	10.267
CSLL e IRPJ (ii)	11.979	11.529
Royalties (iii)	7.600	7.303
IPI (iv)	48.882	46.865
Outras	6.540	13.974
	85.623	89.938
Cíveis (ações indenizatórias)	10.268	4.826

- (i) Auto de infração visando à cobrança de IRRF, compensado com créditos de IRPJ.
- (ii) Autos de infração relativos a não homologação de compensações de débitos tributários com créditos de IRPJ e CSLL.
- (iii) Autos de infração visando a cobrança de II, IPI, PIS-Importação e COFINS-Importação sobre os valores remetidos ao exterior a título de royalties, no período de 2007 a 2010. A Companhia obteve decisão integralmente favorável transitada em julgado administrativamente. O valor remanescente refere-se aos autos de infração que ainda aguardam julgamento.
- (iv) Autos de infração relativos à não homologação de compensação de créditos de IPI na aquisição de insumos isentos da ex-controlada Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., correspondentes ao período de julho de 2004 a junho de 2008.

Ativos contingentes

A Companhia pleiteia judicialmente a restituição de valores de PIS e COFINS recolhidos com a inclusão do ICMS nas suas bases de cálculo, sendo que a expectativa de ganho deste pleito é provável de acordo com a avaliação de seus assessores legais.

Tal restituição refere-se ao período de março 1996 a maio de 2008 e janeiro de 2015 em diante para a COFINS e março 2002 em diante para o PIS. Estima-se que os valores envolvidos giram em torno de R\$ 300.000, sendo que a Companhia não reconhece em seus ativos o ativo contingente listado acima, conforme o pronunciamento CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos.

23. Tributos com exigibilidade suspensa

	Movimentação IR/CS diferidos		
	2016	Atualizações	Complementos/ (Reversões)
COFINS – exclusão do ICMS da base de cálculo	198.624	-	(198.624)
			2017

A Companhia questiona judicialmente, desde 1993, a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS, e no período de maio de 1993 a fevereiro de 1996 foram efetuados depósitos judiciais, cuja provisão todavia não foi revertida pelo fato da devolução dos mesmos não ter sido materializada.

A partir de junho de 2008 até dezembro de 2014, a Companhia valeu-se do efeito suspensivo obtido em Medida Cautelar no STF para continuar excluindo o ICMS da base

de cálculo da COFINS, entretanto, sem mais a necessidade de efetuar depósitos judiciais. Apesar disso, tais valores foram registrados como passivo com exigibilidade suspensa.

Em 15 de março de 2017 o STF julgou, na sistemática da repercussão geral, o Recurso Extraordinário nº 574.706, pacificando o assunto de forma favorável aos contribuintes, fixando a seguinte tese: “o ICMS não deve compor a base de cálculo do PIS e da COFINS”. Tal julgamento foi devidamente formalizado pelas Atas de julgamento publicadas em 17 de março de 2017 e 20 de março de 2017, razão pela qual a Companhia realizou o estorno da provisão dos valores que se encontravam com exigibilidade suspensa sem depósitos judiciais, de acordo com a avaliação de seus assessores legais.

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária:

Em 31 de dezembro de 2017:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Itaúsa e Cambuhy)	207.246.069	85,78	47.937.043	20,95	255.183.112	54,24
Administradores:						
Conselho de Administração	25.288.933	10,47	23.046.311	10,07	48.335.244	10,28
Conselho Fiscal	-	-	200	-	200	-
Demais acionistas	9.073.523	3,75	150.461.295	65,75	159.534.818	33,91
Tesouraria	26	0	7.396.377	3,23	7.396.403	1,57
Total	241.608.551	100,00	228.841.226	100,00	470.449.777	100,00

Em 31 de dezembro de 2016:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (J&F Investimentos)	207.174.069	85,75	47.937.043	20,95	255.111.112	54,23
Administradores:						
Conselho de Administração	25.220.333	10,44	26.241.111	11,47	51.461.444	10,94
Conselho Fiscal	-	-	3.000	-	3.000	-
Demais acionistas	9.214.123	3,81	147.263.695	64,35	156.477.818	33,26
Tesouraria	26	-	7.396.377	3,23	7.396.403	1,57
Total	241.608.551	100,00	228.841.226	100,00	470.449.777	100,00

b) Plano de recompra de ações

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a conta “Ações em tesouraria” registraram as seguintes movimentações:

	Quantidade	Custo médio - R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.604.360	8,80
Alienadas (*)	(2.207.957)	9,21
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.396.403	8,69
Alienadas (*)	-	-

Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.396.403	8,69
---------------------------------	-----------	------

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram declarados pela Administração, juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$150.300 (R\$130.485 líquido do imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF).

A seguir está detalhada a distribuição dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio propostos pela Administração:

Em 2017 e 2016, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício da controladora	362.289	361.567
Constituição da reserva para incentivos fiscais	(184.211)	(181.734)
Valor disponível para distribuição	178.078	179.833
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	44.519	44.958
Proposta da administração:		
Juros sobre o capital próprio	150.300	132.600
Dividendos	97.439	-
	247.739	132.600
Juros sobre o capital próprio distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,30977	0,27328
Ações preferenciais	0,34074	0,30061
Dividendos distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,08044	-
Ações preferenciais	0,08843	-

Em 9 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração aprovou “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 11 de abril de 2018, a proposta para pagamento de dividendos, no montante de R\$97.439, dos quais R\$29.029 referentes ao lucro líquido do exercício de 2017 (conforme demonstrado acima), e R\$68.410 referentes a reservas de lucros de exercícios anteriores.

	2017
Dividendos adicionais distribuídos por ação (referente a exercícios anteriores)	
Dividendos	68.410
Ações ordinárias	0,14099
Ações preferenciais	0,15509

d) Reserva para incentivos fiscais

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras anuais, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais” no grupo “Reservas de lucros”.

e) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social.

25. Informações sobre segmentos de negócios

O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é o Diretor Presidente.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial onde as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, pois os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversas marcas entre calçados, artigos esportivos, sandálias e vestuário, as operações são geridas por segmentação geográfica com a seguinte segregação: (i) Operações Nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil e (ii) Operações Internacionais: desempenho das controladas na Argentina e desempenho consolidado das controladas nos Estados Unidos e na Europa, bem como das exportações diretas.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

- Operações Nacionais:
 - Brasil: 65,0%
- Operações Internacionais:
 - Argentina: 17,9%
 - Europa, Estados Unidos e Exportações: 17,1%

O desempenho dos segmentos foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido e no capital empregado (ativos totais menos passivo circulante e passivo não circulante) em cada segmento. Essa base de mensuração inclui os efeitos financeiros, imposto de renda e a contribuição social, a depreciação e a amortização.

As informações estão demonstradas a seguir:

Contas de resultado – Operações continuadas	2017					
	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais:						
Brasil	2.189.281	300.000	(64.504)	(11.252)	962	8.380
Terras de Avent. Ind.						
Art. Esport. S.A. – Osklen	229.871	(29.318)	(24.073)	(9.225)	606	8.646
Operações internacionais:						
Argentina	664.651	3.262	(4.924)	(33.662)	(13.321)	40.999
Europa/Estados	638.060	66.565	(13.321)	(2.942)	(4.788)	(11.584)

Unidos/Exportações	-	11.727	-	-	-	-
Participação dos acionistas	-	-	-	-	-	-
não controladores	-	-	-	-	-	-
Consolidado	<u>3.721.863</u>	<u>352.236</u>	<u>(106.822)</u>	<u>(57.081)</u>	<u>(16.541)</u>	<u>46.441</u>

2016						
Contas de resultado – Operações Continuadas	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	Imposto de renda e contribuições social
Operações nacionais:						
Brasil	2.405.529	255.407	(65.868)	(37.921)	(3.134)	9.255
Terras de Avent. Ind.						
Art.Esport. S.A. – Osklen	231.606	(7.737)	(14.278)	(9.422)	(1.504)	6.897
Operações internacionais:						
Argentina	772.715	37.029	(6.765)	(18.604)	(1.981)	(19.341)
Europa/Estados						
Unidos/Exportações	644.554	74.465	(16.710)	(2.496)	(12.000)	(19.834)
Participação dos acionistas						
não controladores	-	3.094	-	-	-	-
Consolidado	<u>4.054.404</u>	<u>362.258</u>	<u>(103.621)</u>	<u>(68.443)</u>	<u>(18.619)</u>	<u>(23.023)</u>

A tabela abaixo apresenta os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016.

	2017			2016		
	Ativo total	Passivo circulante e não circulante	Adição ativo imob. e intangível	Ativo total	Passivo circulante e não circulante	Adição ativo imob. e intangível
<u>Contas patrimoniais</u>						
Operações nacionais:						
Brasil	2.617.330	910.035	78.292	2.577.971	1.118.907	80.830
Terras de Avent. Ind.						
Art.Esport. S.A. – Osklen	405.059	210.061	2.337	422.953	198.639	9.622
Operações internacionais:						
Argentina	472.135	281.017	8.818	441.897	228.056	9.069
Europa / Estados						
Unidos/Exportações	358.930	187.952	16.001	339.231	170.701	9.582
Consolidado	<u>3.853.454</u>	<u>1.589.065</u>	<u>105.448</u>	<u>3.782.052</u>	<u>1.716.303</u>	<u>109.103</u>

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada e nenhum cliente individualmente contribuiu com mais de 6% para as receitas de vendas.

26. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita operacional bruta:				
Mercado interno	2.646.444	2.960.417	2.972.122	3.248.015
Mercado externo	297.973	278.756	1.517.697	1.646.877
	<u>2.944.417</u>	<u>3.239.173</u>	<u>4.489.819</u>	<u>4.894.892</u>
Devoluções e cancelamentos	(56.765)	(59.847)	(127.286)	(108.494)
Impostos incidentes sobre as vendas	(399.199)	(469.149)	(640.670)	(731.994)
Receita operacional líquida	<u>2.488.453</u>	<u>2.710.177</u>	<u>3.721.863</u>	<u>4.054.404</u>

27. Despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custo dos produtos vendidos:				
Matérias-primas	842.106	1.039.234	1.179.115	1.335.945
Salários, encargos e benefícios	452.938	442.843	667.508	684.364
Depreciação	43.573	42.071	47.177	46.981
Hedge accounting (nota explicativa nº 35.c)	2.261	6.507	2.261	6.507
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13.006	-	14.198	-
Outros custos	98.862	107.011	172.002	180.323
Total	<u>1.452.746</u>	<u>1.637.666</u>	<u>2.082.261</u>	<u>2.254.120</u>
Despesas com vendas:				
Salários, encargos e benefícios	68.785	66.882	193.631	180.467
Participação nos resultados	3.089	5.780	6.516	10.820
Frete	80.227	87.496	120.116	126.425
Propaganda e publicidade	188.301	201.904	269.053	279.283
Comissões	10.064	7.052	46.029	43.262
Acordo de clientes	19.824	16.160	22.060	18.079
Depreciação	2.460	2.803	12.563	8.334
Royalties	38.780	42.052	39.228	43.731
Serviços de terceiros	14.854	14.125	55.986	44.156
Aluguéis/Leasing	9.129	9.539	76.603	71.011
Despesas com viagens	4.146	4.485	10.552	9.619
Despesas com armazenagem	5.551	5.936	38.785	40.516
Embalagem coletiva	30.479	31.663	30.479	31.663
Seguros de transporte	8.400	4.665	11.042	7.410
Outras	50.767	39.504	88.214	61.187
	<u>534.856</u>	<u>540.046</u>	<u>1.020.857</u>	<u>975.963</u>
Gerais e administrativas:				
Salários, encargos e benefícios	71.694	82.369	103.961	139.215
Honorários dos administradores (nota explicativa nº 21.d))	11.862	16.083	12.185	16.672
Serviços de terceiros	23.858	24.993	37.550	50.222
Depreciação	2.992	3.750	7.738	13.404
Aluguel e condomínio	12.429	13.465	13.577	14.247
Manutenção e reparos	8.072	7.556	8.320	8.207
Outras	14.276	10.643	21.807	25.984
	<u>145.183</u>	<u>158.859</u>	<u>205.138</u>	<u>267.951</u>

28. Programas de opção de compra de ações

A Companhia concedia opções de compra de ações preferenciais a alguns de seus empregados por meio de um programa aprovado por Assembleias Gerais Extraordinárias com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da Companhia e de seus acionistas. Os planos eram administrados pela área de Recursos Humanos da Companhia.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, em reunião realizada em 23 de abril de 2015, aprovou a extinção do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, com a preservação das opções já outorgadas e ainda não exercidas, conforme contratos em vigor.

Em decorrência da mudança de controle da Companhia, de Camargo Corrêa S.A. para J&F Investimentos S.A., ocorrido em 23 de dezembro de 2015, os beneficiários do programa tinham o direito de exercer antecipadamente as suas opções de compra de ações e o novo

controlador tinha o dever de adquirir as ações pelo mesmo preço pago a Camargo Corrêa S.A. Os beneficiários do programa exerceram as opções em fevereiro de 2016.

29. Plano de incentivo a longo prazo

Em 23 de abril de 2015, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o novo plano de incentivo a longo prazo (ILP). O plano ILP é baseado em uma política de geração de valor que permite a alguns empregados da Companhia e suas controladas adquirir direitos junto a Companhia, baseado na distribuição de uma parcela da criação de valor futuro para a Companhia que supere a taxa de retorno mínima (*ke / hurdle rate*) para seus acionistas, e tem como parâmetros de valor: (i) mercado (BM&F Bovespa); (ii) econômico (múltiplo de EBITDA) e; (iii) múltiplo de dividendos.

A participação individual dos beneficiários na criação de valor acima da taxa mínima é operacionalizada por meio da concessão de Unidades Virtuais de Valor (“UVVs”), cujo valor individual é calculado mediante a: (i) ponderação da cotação média das ações dos últimos 60 pregões (40%); (ii) múltiplo de EBITDA descontada da dívida líquida dividido pelo número de ações (40%) e; (iii) dividendos e juros sobre capital próprio por ação dividido pelo *dividend yield* (20%).

As conversões das UVVs em pagamento serão realizadas pelo beneficiário em até 5 anos e 3 meses do início de cada programa anual, desde que respeitados os prazos de carência de: (i) até 36 meses: não será permitida conversão; (ii) após 36 meses: até 33%; (iii) após 48 meses: até 66%, descontadas as já exercidas e; (iv) após 60 meses: até 100%, descontadas as já exercidas. A liquidação será feita em dinheiro.

O novo plano teve início em 1º de janeiro de 2015 e prevê cinco programas anuais, entre os anos de 2015 e 2019. O Conselho de Administração da Companhia poderá aprovar novos programas após 2019.

Caso o beneficiário deixar de ser empregado ou administrador da Companhia e de suas controladas durante a vigência do plano ILP, exceto por morte, aposentadoria ou invalidez permanente, a conversão em pagamento das UVVs concedidas ao beneficiário ficará restrita somente às UVVs que já estiverem liberadas para conversão. Na hipótese de qualquer beneficiário deixar de ser empregado ou administrador da Companhia e suas controladas por justa causa, todas as UVVs não exercidas, liberadas ou não, serão canceladas. No caso de morte, invalidez permanente ou aposentadoria, todas as suas UVVs, incluindo aquelas ainda não liberadas para conversão em pagamento, tornar-se-ão exercíveis antecipadamente e convertidas em dinheiro, sendo que tal direito deverá ser exercido por ele, seus herdeiros ou sucessores.

A despesa contábil registrada na conta de resultado relativa aos planos de incentivo a longo prazo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$6.282 (R\$4.169 no mesmo exercício de 2016), em contra partida na conta de passivo de plano de incentivo a longo prazo.

30. Benefícios a colaboradores

A Companhia e suas controladas patrocinam um plano de complementação de benefícios de aposentadoria na modalidade de contribuição definida e, além disso, concedeu um plano próprio de aposentadoria e benefícios de renda vitalícia para um grupo fechado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges, que será extinto após o falecimento do último

beneficiário. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o passivo atuarial referente a esses planos é de R\$172.

31. Receitas e despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	28.975	38.050	30.300	41.843
Juros ativos	8.632	7.574	8.343	9.712
Atualização processo Reintegra	-	5.053	-	5.053
Outras	1.932	6.510	2.216	6.651
	<u>39.539</u>	<u>57.187</u>	<u>40.859</u>	<u>63.259</u>
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	(33.101)	(44.023)	(53.020)	(52.441)
Juros e encargos sobre obrigações negociadas de controlada	-	-	(2.036)	(6.415)
Imposto sobre operações financeiras – IOF	(308)	(602)	(858)	(2.055)
Imposto sobre operações bancárias – Argentina	-	-	(8.299)	(8.711)
Atualização monetária sobre impostos	-	(17.183)	(1.362)	(18.350)
Despesas bancárias	(4.032)	(6.654)	(5.294)	(9.602)
Ajuste a valor presente	(11.768)	(21.472)	(12.447)	(21.472)
Juros Passivos	(129)	-	(11.109)	(5.385)
Outras	(2.137)	(3.769)	(3.538)	(6.533)
Total	<u>(51.475)</u>	<u>(93.703)</u>	<u>(97.963)</u>	<u>(130.964)</u>
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos	3.017	14.703	3.017	22.028
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos	(2.994)	(14.648)	(2.994)	(22.766)
	<u>23</u>	<u>55</u>	<u>23</u>	<u>(738)</u>
Total	<u>(11.913)</u>	<u>(36.461)</u>	<u>(57.081)</u>	<u>(68.443)</u>

32. Variação cambial líquida

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Variação cambial ativa	9.629	16.446	12.453	24.378
Variação cambial passiva	(6.631)	(31.436)	(28.994)	(42.997)
	<u>2.998</u>	<u>(14.990)</u>	<u>(16.541)</u>	<u>(18.619)</u>

33. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outras receitas operacionais:				
Venda de sucata	713	792	713	792
Receita de taxa de franquia	770	1.607	770	1.607
Ganho na Venda de imobilizado	1.378	1.327	4.594	1.352
Receita na alienação de investimento	-	574	-	574
Receita Venda Ações Eletrobrás	31	1.330	31	1.330

Escrow Osklen	140	3.060	140	3.060
Baixa tributo com exigibilidade suspensa (nota explicativa nº 23)	190.518	3.638	190.518	3.638
Êxito Processo Exclusão ICMS na Base Cofins Importação	1.934	-	1.934	-
Crédito ação prêmio IPI (iii)	22.223	-	22.223	-
Crédito PIS/COFINS sobre compras e intangível	948	-	948	-
Crédito tributário Argentina (ii)	-	-	27.847	-
Ressarcimento de mercadoria sinistrada	1.794	1.102	1.794	1.102
Outras	4.542	1.686	5.893	4.282
	<u>224.991</u>	<u>15.116</u>	<u>257.405</u>	<u>17.737</u>

Outras despesas operacionais:				
Amortização de intangível	(16.627)	(21.033)	(37.564)	(33.657)
Provisões para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 22)	(1.027)	(11.818)	(4.687)	(16.661)
Provisões para riscos cíveis (nota explicativa nº 22)	(2.408)	(14.629)	(2.635)	(14.639)
Provisões para riscos tributários (nota explicativa nº 22)	(1.417)	(130)	(1.417)	(130)
Plano de incentivo a longo prazo (nota explicativa nº 29)	(5.321)	(3.862)	(6.282)	(4.169)
Projetos especiais	(1.721)	(954)	(1.721)	(954)
Indenizações por rescisões trabalhistas	(3.000)	(3.864)	(3.000)	(3.864)
Programa de participação nos lucros	-	(10.277)	-	(12.679)
Provisão para reestruturação industrial	(14.695)	-	(14.695)	-
Provisão para perdas de imobilizado	(7.719)	-	(7.719)	-
Moratória algodão Argentina (i)	-	-	(14.660)	-
Reestruturação Argentina	-	-	(35.496)	-
Baixa de mais valia pontos comerciais Osklen	-	-	(5.552)	-
Reversão / (provisão) de troca de controle	(11.258)	11.442	(11.258)	13.337
Honorários de Terceiros	(6.433)	(6.864)	(6.549)	(6.864)
Rescisão Distrato Walk Good	(3.091)	-	(3.091)	-
Redução ao valor recuperável ágio Osklen	(125.500)	-	(125.500)	-
Outras	(8.670)	(578)	(9.769)	(21.484)
	<u>(208.887)</u>	<u>(62.567)</u>	<u>(291.595)</u>	<u>(101.764)</u>
Total	<u>16.104</u>	<u>(47.451)</u>	<u>(34.190)</u>	<u>(84.027)</u>

- (i) Em março de 2017, a Alpargatas S.A.I.C. - Argentina renegociou junto ao fisco nacional o pagamento de um débito de impostos incidentes sobre compras de algodão, referente aos anos de 2005 até 2012. O pagamento será feito em 60 (sessenta) parcelas mensais, com início em abril de 2017.
- (ii) Em março de 2017, a Alpargatas S.A.I.C. - Argentina obteve sentença favorável referente a um processo contra o Governo argentino, em que se discutia a suspensão de um benefício à exportação no ano de 1992.
- (iii) Atualização do valor do precatório conforme cálculo homologado pela Justiça Federal.

34. Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas concedem participação nos resultados a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecida e aprovada anualmente para cada fábrica/unidade. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram reconhecidos no resultado os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Programa de participação no resultado	29.195	50.652	32.897	57.148

Esta obrigação está registrada na conta “Salários e encargos sociais a pagar”, no passivo circulante. A despesa está contabilizada nas rubricas “Custo dos Produtos Vendidos”, “Despesas com vendas” e “Despesas Gerais e Administrativas”.

35. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A gestão de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

b.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco cambial

Em virtude de contas a receber e de obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de Proteção Cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.

Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Companhia, bem como fluxos de caixa futuros.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de parte das aplicações financeiras que são pós-fixadas e de seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

b.2) Risco de crédito

As vendas são substancialmente para varejistas e atacadistas. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado de provisão para créditos de liquidação duvidosa era R\$48.320 (R\$39.641 em 31 de dezembro de 2016). A exposição máxima ao risco de crédito na data-base de 31 de dezembro de 2017 é o valor contábil de contas a receber apresentado na nota explicativa nº 7.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.

Consideram baixo o risco de não-liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, as quais são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

A Companhia mantém o caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição à uma instituição específica. Em 31 de dezembro de 2017, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, apresentados na nota explicativa nº 6.

b.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir, no item d), analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

c) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge ("hedge accounting")

A Companhia possui importações em dólares de produtos acabados e matérias primas, referentes às unidades de negócio de Artigos Esportivos e Sandálias. Além disso, a Companhia também compra parte de suas matérias-primas nacionais a um valor cujo preço sofre impacto indireto da variação da taxa cambial. Por outro lado, a Companhia possui também exportações de sandálias que, em sua maioria, são vendidas em dólares.

O volume de exportações e recebimentos em moeda estrangeira é superior ao volume de importações e pagamentos em moeda estrangeira. Dessa forma, a Companhia possui uma exposição cambial cuja posição exportadora é maior do que a posição importadora, ou seja, possui um risco de perda se houver queda na taxa de câmbio.

Além disso, a Companhia poderá eventualmente contratar derivativos cambiais contra o risco da flutuação do câmbio sobre dívidas contraídas em moeda estrangeira (por exemplo, Nota de Crédito de Exportação (NCE), Pré Pagamento de Exportação (PPE), entre outras).

Com o objetivo de mitigar este risco e principalmente proteger o seu fluxo de caixa, foi

aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a Política de Gestão de Risco Cambial. Esta política estabelece diretrizes para operações de proteção do fluxo de caixa através da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos visam proteger o fluxo de caixa futuro da Companhia através da redução da exposição cambial para um horizonte de doze meses futuros. A exposição cambial futura é baseada nas projeções de pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira. Estas operações visam proteger os impactos da variação cambial sobre as importações e exportações.

“Hedge” de fluxo de caixa

A Companhia adotava a contabilidade de hedge (“hedge accounting”) para todas as operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo NDF, tendo como objeto de hedge exportações de sandálias, importações e compras futuras de estoques em moeda estrangeira altamente prováveis.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía uma posição de instrumentos financeiros derivativos do tipo NDF (“Non-Deliverable Forward”) designados como “hedge” para proteger o fluxo de caixa da Companhia em razão de compromissos comerciais em moeda estrangeira, os quais a Alpargatas previa serem altamente prováveis. As operações possuíam diferentes vencimentos dentro de um horizonte de doze meses futuros. A liquidação deste tipo de instrumento se fazia de acordo com a PTAX na data do vencimento. O saldo contábil registrado no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2017 segue no quadro abaixo:

	2017		2016	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
NDF – “Non Deliverable Forward” (Valor justo - MtM)	-	587	632	1.369

O saldo contábil registrado no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 segue no quadro abaixo:

	2017	Outros resultados abrangentes	2016
Saldo bruto mantido no patrimônio líquido	-	648	(648)
IR/CS diferidos ativos sobre operação de “hedge”	-	(220)	220
Saldo líquido mantido no patrimônio líquido	-	428	(428)

As operações de “hedge” de fluxo de caixa de exportações de sandálias e compras futuras esperadas no horizonte de doze meses futuros foram avaliadas como eficientes em 31 de dezembro de 2017.

O valor transferido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 do patrimônio líquido da reserva de outros resultados abrangentes para o saldo contábil dos itens objeto foi igual à R\$(2.260), visto que as operações foram designadas para as compras a partir de janeiro de 2017.

Os impactos acumulados dos instrumentos derivativos do tipo NDF no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$(2.238) sendo R\$23 em

Receitas/Despesas financeiras (vide nota explicativa nº 31) e R\$(2.261) em Custos de Produtos Vendidos (vide nota explicativa nº 27).

As liquidações de instrumentos financeiros derivativos do tipo NDF no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram uma saída de caixa de R\$(1.740).

A Companhia encerrou as operações de “hedge” de fluxo de caixa em dezembro de 2017.

“Hedge” de valor justo

A Companhia adota a contabilidade de hedge (“hedge accounting”) para as operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo Swap, tendo como objeto de hedge o risco da flutuação do câmbio sobre dívidas contraídas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia, por meio da controlada Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. possuía uma posição de instrumentos financeiros derivativos do tipo Swap designados como “hedge” de dívidas em moeda estrangeira, captadas por meio de Linha Externa 4131, com vencimento em 22 de agosto de 2018. A liquidação deste tipo de instrumento se faz de acordo com o valor presente na data de liquidação. O saldo contábil registrado no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2017 segue no quadro abaixo:

	2017		2016	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Swap	-	785	167	-

As operações de “hedge” de valor justo de empréstimos em moeda foram avaliadas como altamente eficientes em 31 de dezembro de 2017.

Os impactos acumulados das operações no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$(3.431).

d) Risco de liquidez

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2017				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contábil
Circulante:					
Obrigações por arrendamento financeiro	92	-	-	-	92
Empréstimos e financiamentos	408.849	237.118	87.584	-	733.551
Fornecedores	388.112	-	-	-	388.112
Total	797.053	237.118	87.584	-	1.121.755
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Fluxo futuro
Não circulante:					

Empréstimos e financiamentos (encargos)	40.512	40.783	8.746	-	90.041
Total	40.512	40.783	8.746	-	90.041
Total geral	837.565	277.901	96.330	-	1.211.796
2016					
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contábil
Circulante:					
Obrigações por arrendamento financeiro	79	6	101	-	186
Empréstimos e financiamentos	209.829	232.763	117.206	32.690	592.488
Fornecedores	427.288	-	-	-	427.288
Total	637.196	232.769	117.307	32.690	1.019.962
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Fluxo futuro
Não circulante:					
Empréstimos e financiamentos (encargos)	38.414	32.444	7.618	150	78.626
Total	38.414	32.444	7.618	150	78.626
Total geral	675.610	265.213	124.925	32.840	1.098.588

e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	2017	2016
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	706.353	502.118
(-) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	(733.643)	(592.674)
Posição financeira líquida	(27.290)	(90.556)
Patrimônio líquido	2.264.389	2.065.749

f) Exposição cambial

A Companhia está exposta a variação do dólar norte-americano. Para as controladas no exterior, não há risco de exposição de moeda visto que os ativos e passivos monetários estão mantidos nas moedas funcionais de cada localidade.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo:				
Bancos	-	4	-	4

Contas a receber de clientes	80.122	103.455	80.122	103.455
Total do ativo	<u>80.122</u>	<u>103.459</u>	<u>80.122</u>	<u>103.459</u>
Passivo:				
Fornecedores	50.756	52.229	50.756	52.246
"Royalties" a pagar	1.197	6.429	1.197	6.429
Total do passivo	<u>51.953</u>	<u>58.658</u>	<u>51.953</u>	<u>58.675</u>
Exposição líquida	28.169	44.801	28.169	44.784
Instrumentos financeiros derivativos	<u>(29.772)</u>	<u>(20.330)</u>	<u>(29.772)</u>	<u>(20.330)</u>
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	<u>(1.603)</u>	<u>24.471</u>	<u>(1.603)</u>	<u>24.454</u>

g) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores de mercado das aplicações financeiras pós-fixadas aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. A Companhia efetua ajuste a valor de mercado para suas aplicações pré-fixadas registradas no balanço. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam diversos métodos e definem premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas na data do balanço.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Isenções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de "swaps" de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de

caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Classificação contábil e valores justos

<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>	<u>Valor contábil</u>				<u>Valor justo</u>		
	<u>Valor justo por meio do resultado</u>	<u>Valor justo – instrumentos de hedging</u>	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Total</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	488.007	-	-	488.007	-	488.007	488.007
Aplicações financeiras	77.115	-	-	77.115	-	77.115	77.115
	<u>565.122</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>565.122</u>	<u>-</u>	<u>565.122</u>	<u>565.122</u>
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Contas a receber de clientes	-	-	911.541	911.541	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	60.999	60.999	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>972.540</u>	<u>972.540</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>	<u>Valor contábil</u>				<u>Valor justo</u>		
	<u>Designados a valor justo</u>	<u>Instrumentos de hedging a valor justo</u>	<u>Outros passivos financeiros</u>	<u>Total</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Empréstimos e financiamentos	-	30.936	-	30.936	30.936	-	30.936
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	1.372	-	1.372	1.372	-	1.372
	<u>-</u>	<u>32.308</u>	<u>-</u>	<u>32.308</u>	<u>32.308</u>	<u>-</u>	<u>32.308</u>
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Empréstimos e financiamentos	-	-	702.707	702.707	702.615	-	-
Obrigações negociadas de controlada	-	-	23.689	23.689	-	-	-
Fornecedores	-	-	388.112	388.112	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.114.508</u>	<u>1.114.508</u>	<u>702.615</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2016

	Valor contábil				Valor justo		
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo – instrumento s de hedging	Empréstimos e recebíveis	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	305.203	-	-	305.203	-	305.203	305.203
Aplicações financeiras	110.771	-	-	110.771	-	110.771	110.771
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	799	-	799	799	-	799
	<u>415.974</u>	<u>799</u>	<u>-</u>	<u>416.773</u>	<u>799</u>	<u>415.974</u>	<u>416.773</u>
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Contas a receber de clientes	-	-	931.300	931.300	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	65.059	65.059	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>996.359</u>	<u>996.359</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2016

	Valor contábil				Valor justo		
	Designados a valor justo	Instrumentos de hedging a valor justo	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Empréstimos e financiamentos	-	42.545	-	42.545	42.545	-	42.545
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	1.369	-	1.369	1.369	-	1.369
	<u>-</u>	<u>43.914</u>	<u>-</u>	<u>43.914</u>	<u>43.914</u>	<u>-</u>	<u>43.914</u>
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Empréstimos e financiamentos	-	-	550.129	550.129	550.129	-	-
Obrigações negociadas de controlada	-	-	30.726	30.726	-	-	-
Fornecedores	-	-	427.288	1.008.143	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.008.143</u>	<u>1.008.143</u>	<u>550.129</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

h) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Risco cambial

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2017, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e por este motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

Considerando as exposições cambiais descritas no item (f) anterior, em 31 de dezembro de 2017 a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

	Ganho/(Perda)		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
<u>Impactos da variação do dólar norte-americano</u>			
Contas a receber de clientes	4.006	20.031	40.061
Fornecedores	(2.538)	(12.689)	(25.378)
"Royalties" a pagar	(60)	(299)	(599)
Impacto total no resultado	<u>1.408</u>	<u>7.043</u>	<u>14.084</u>
Instrumentos financeiros derivativos	<u>(1.608)</u>	<u>(7.510)</u>	<u>(14.887)</u>
Impacto total no resultado com derivativos	<u>(200)</u>	<u>(467)</u>	<u>(803)</u>

O cenário provável considera uma desvalorização do real em 5% sobre o dólar norte-americano considerando uma taxa de câmbio de R\$3,3080, baseada em referências de mercado.

O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2017 de (R\$4,1350/US\$), e o cenário remoto uma valorização de 50% (R\$4,9620/US\$).

Risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final de cada período do relatório.

A análise considera os ativos e passivos financeiros da controladora ao final do período e projeta as receitas e despesas financeiras calculadas sobre esse saldo. São utilizados três cenários, sendo o provável a curva de juros da divulgada pela BM&FBovespa na data e os cenários possível e remoto são definidos conforme a conjuntura econômica.

Em 31 de dezembro de 2017, 100% das aplicações estavam indexadas ao CDI. Os empréstimos eram compostos de 56% de saldo atrelado à curva de juros variáveis e 44% do saldo atrelado a taxa fixa ou TJLP acrescida de um spread fixo.

	Ganho/(Perda)		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Impactos da variação da taxa de juros			
Receita de aplicações financeiras	37.772	39.006	40.239
Despesas de juros sobre empréstimos	(34.594)	(35.285)	(35.977)
Impacto total no resultado	3.178	3.721	4.262

A meta da taxa selic em 31 de dezembro de 2017 estava em 7,00% ao ano, e o CDI em 6,89% ao ano. O cenário provável considera a curva de juros de 31 de dezembro de 2017, que embutia um ciclo de cortes de juros de 75 pontos base na meta Selic, levando a meta a 7,75% ao ano.

O cenário possível estima um ciclo maior de cortes na Selic, com um corte total de 100 pontos base, levando a meta Selic a 8,00% ao ano até final do ano.

O cenário remoto estima um aumento de 125 pontos base, deixando a meta Selic a 8,25% ao ano.

36. Lucro líquido por ação

Operações continuadas	2017		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(7.396.403)	(7.396.403)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.444.823	463.053.374
% de ações em relação ao total	52,18%	47,82%	100,00%
Numerador – Básico / Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	175.374	176.860	352.234
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.444.823	463.053.374
Lucro líquido do exercício por ação diluído total	0,7259	0,7987	0,7607
Operações descontinuadas	2017		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(7.396.403)	(7.396.403)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.444.823	463.053.374
% de ações em relação ao total	52,18%	47,82%	100,00%
Numerador – Básico / Diluído			
Prejuízo líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	(833)	(841)	(1.674)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.444.823	463.053.374
Prejuízo líquido do exercício por ação diluído total	(0,0034)	(0,0038)	(0,0036)

<u>Consolidado</u>	2017		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(7.396.403)	(7.396.403)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.444.823	463.053.374
% de ações em relação ao total	52,18%	47,82%	100,00%
Numerador – Básico / Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	174.540	176.020	350.560
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.444.823	463.053.374
Lucro líquido do exercício por ação diluído total	0,7224	0,7949	0,7571
<u>Operações continuadas</u>	2016		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(7.396.403)	(7.396.403)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.444.823	463.053.374
% de ações em relação ao total	52,18%	47,82%	100,00%
Numerador – Básico / Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	180.365	181.893	362.258
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.444.823	463.053.374
Lucro líquido do exercício por ação diluído total	0,7465	0,8214	0,7823
<u>Operações descontinuadas</u>	2016		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(7.396.403)	(7.396.403)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.444.823	463.053.374
% de ações em relação ao total	52,18%	47,82%	100,00%
Numerador – Básico / Diluído			
Prejuízo líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	(1.885)	(1.900)	(3.785)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.444.823	463.053.374
Prejuízo líquido do exercício por ação diluído total	(0,0034)	(0,0038)	(0,0036)
<u>Consolidado</u>	2016		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(7.396.403)	(7.396.403)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.444.823	463.053.374
% de ações em relação ao total	52,18%	47,82%	100,00%
Numerador – Básico / Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	178.480	179.993	358.473
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.444.823	463.053.374
Lucro líquido do exercício por ação diluído total	0,7387	0,8128	0,7742

(a) As ações preferenciais possuem direito a dividendo 10% maior em relação às ações ordinárias.

37. Compromissos assumidos

37.1. Arrendamentos operacionais

Locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros, os quais a administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média entre 3 e 4% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$27.530 (R\$30.143 no mesmo exercício de 2016).

Outros arrendamentos

A Companhia também possui contratos de locação de depósitos para armazenagem de produtos e mercadorias e escritórios comerciais com valores mensais fixos, reajustados anualmente por índices inflacionários usuais de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$80.162 (R\$77.077 no mesmo exercício de 2016).

Compromissos futuros

Os compromissos futuros totais oriundos dos contratos de arrendamento operacional, a valores de 31 de dezembro de 2017, totalizam um montante mínimo fixo de R\$437.585, assim distribuídos:

	<u>R\$</u>
2018	84.058
2019	90.939
2020	89.426
2021	87.386
2022	85.776
Total	<u>437.585</u>

Tais operações possuem cláusulas restritivas de praxe, como garantias contra rescisão antecipada de contrato, entre outras, para as quais, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava adimplente.

37.2. Contratos de fornecimento de insumos

A Companhia possui compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de energia elétrica, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 13.424 kw, equivalente a R\$297, podendo ser alterado com prazo mínimo de seis meses. Em 31

de dezembro de 2017, a Companhia estava adimplente com os compromissos desse contrato.

38. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de efetuar a cobertura de seguros para os bens do imobilizado e estoques sujeitos a risco de incêndio, pelo valor de reposição técnica e para cobertura de lucros cessantes. Em 31 de dezembro de 2017, as coberturas de seguro no consolidado, eram consideradas suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

39. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Limites de contas garantidas sem utilização	-	-	37.604	46.664

Conciliação das atividades de financiamento

Consolidado	2016	Fluxo de caixa	Alterações de não caixa				2017
			Juros sobre capital próprio (i)	Juros e variação cambial	Constituição de reservas	Dividendos não reclamados	
Empréstimos de curto e longo prazo	429.188	129.202	-	3.362	-	-	561.752
Juros sobre capital próprio e dividendos	4.891	(149.337)	150.300	-	(573)	(237)	5.044
Total de passivos de atividades de financiamento	434.079	(20.135)	150.300	3.362	(573)	(237)	566.796

Consolidado	2016	Fluxo de caixa	Alterações de não caixa				2017
			Juros sobre capital próprio (i)	Juros e variação cambial	Constituição de reservas	Dividendos não reclamados	
Empréstimos de curto e longo prazo	592.674	151.882	-	(10.913)	-	-	733.643
Acordo reestruturação de dívida	30.726	(4.712)	-	(2.325)	-	-	23.689
Juros sobre capital próprio e dividendos	4.891	(149.337)	150.300	-	(573)	(237)	5.044
Total de passivos de atividades de financiamento	628.291	(2.167)	150.300	(13.238)	(573)	(237)	762.376

(j) Juros sobre capital próprio calculado e pago dentro do exercício no montante de R\$ 149.337.